



RELATÓRIO MENSAL

Janeiro/2026



**VAI TER BOLSONARO
NA URNA:** a força do nome
que desmonta narrativas



RESUMO GERAL

Em janeiro, os relatórios apontam para a consolidação de um deslocamento estrutural do poder político para fora do alcance do voto, com foco predominante em **Política e Economia Nacional** (13 relatórios) e seus efeitos diretos sobre soberania democrática, crédito, moeda e organização social. O eixo central do mês foi a captura tecnocrática do Estado, a naturalização do endividamento como forma de vida e a substituição da política por consensos artificiais produzidos por mídia, mercado e autoridades monetárias não eleitas. A economia aparece cada vez menos como campo de produção e mais como sistema de disciplina social, enquanto a disputa em torno do bolsonarismo expõe o conflito entre legitimidade popular e tentativas coordenadas de controle da sucessão política por parte do centro e do sistema financeiro.

Em **Soberania Nacional e Influência Externa** (16 relatórios), janeiro evidenciou a perda contínua de autonomia brasileira diante da reorganização da ordem internacional e da falência do multilateralismo liberal. A realpolitik das grandes potências, o retorno do soberanismo nos Estados Unidos, a seletividade do direito internacional e a coordenação dos bancos centrais globais escancararam a natureza política do poder monetário e financeiro. Internamente, a fragmentação territorial, a tolerância à desordem e a captura informal das instituições reforçam uma soberania que se dissolve por abdicação estratégica, enquanto agendas ambientais, financeiras e ideológicas operam como vetores de tutela externa.

Já em **Segurança, Tecnologia e Crime Organizado** (3 relatórios), o mês mostrou a transição do conflito político para um estágio mais profundo, em que a disputa deixa o campo narrativo e passa a atingir infraestrutura, vínculos sociais e limites morais. Ataques indiretos a sistemas essenciais, degradação ética normalizada e operações coordenadas de descredibilização política revelam um ambiente em que segurança deixa de ser apenas questão policial e passa a expressar a decomposição da ordem política. Janeiro se encerra com a confirmação de que o Brasil vive sob uma arquitetura de exceções permanentes, em que poder econômico, controle informacional e fragilidade institucional se combinam para esvaziar a política e afastar o país de qualquer projeto soberano consistente.

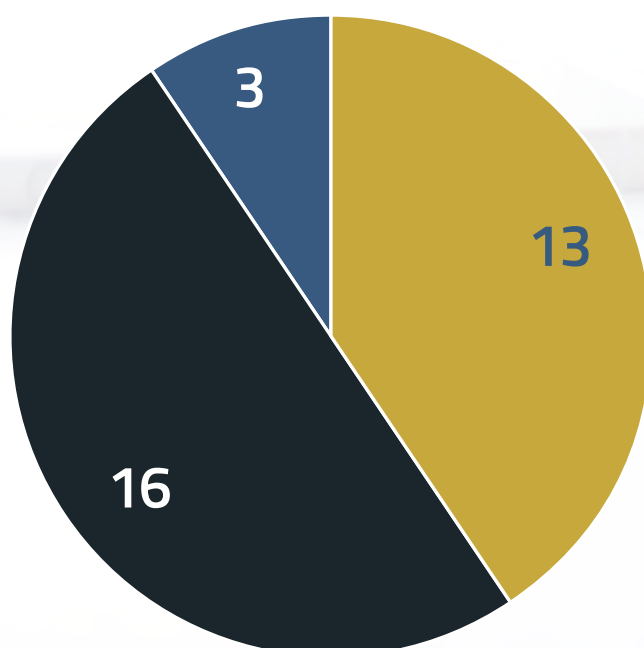


RESUMO GERAL

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

SEGURANÇA, TECNOLOGIA E CRIME ORGANIZADO





Os relatórios de janeiro revelam um país em que **a política foi progressivamente esvaziada em favor de consensos técnicos, narrativas mediadas e mecanismos financeiros que operam fora do alcance do voto.** A captura do Estado por uma tecnocracia rentista, a independência monetária convertida em deslocamento silencioso de poder e a naturalização do endividamento cotidiano expõem uma **democracia cada vez mais contra a maioria da população**, organizada para proteger fluxos de capital e disciplinar a sociedade.

Nesse ambiente, a mídia atua como produtora de realidade artificial, substituindo fatos por consensos fabricados, enquanto parte da oposição oscila entre o niilismo destrutivo e a **incapacidade de formular um projeto nacional consistente.** A disputa em torno do nome Bolsonaro evidencia o conflito entre legitimidade popular e tentativas sistêmicas de controle da sucessão, com o centrão e o mercado operando para fragmentar a direita e impor alternativas tecnocráticas. O resultado é um país que vive à base de crédito, prestações e exceções normalizadas, onde a política perde densidade, a economia produtiva é sufocada e o poder se reorganiza longe da soberania democrática.

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL



RESUMO GERAL

13

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

SEGURANÇA, TECNOLOGIA E CRIME ORGANIZADO

01/Janeiro O mundo de mentirinha dos jornas



02/Janeiro A importância de ter ideias

10/Janeiro O Crédito Não É Neutro — E Trump Tornou Isso Explícito

12/Janeiro Projeto nacional sem Estado: por que isso funciona nos EUA e trava no Brasil

15/Janeiro O Brasil leiloadado pela tecnocracia

19/Janeiro A Independência dos Bancos Centrais e o Deslocamento Silencioso do Poder Econômico para Fora do Voto

20/Janeiro O Silêncio do Sistema: O Risco que o Carbono Empurra para Dentro dos Balanços

22/Janeiro As rasteiras em Jair Bolsonaro

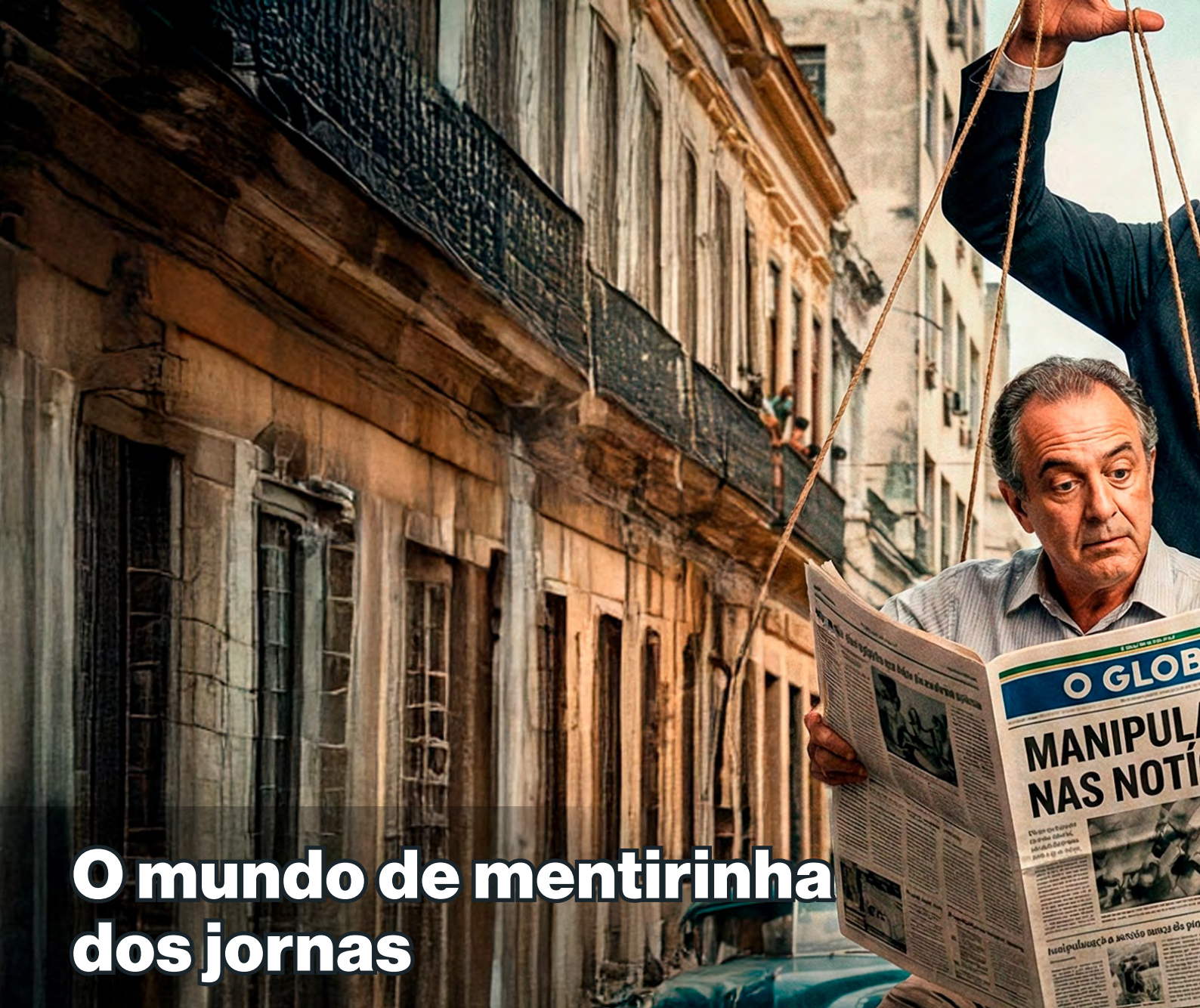
23/Janeiro Vai ter Bolsonaro na urna: a força do nome que desmonta narrativas

24/Janeiro A Democracia dos "Banksters"

25/Janeiro O rodízio de faltas dos traidores

27/Janeiro O Vandorismo de Sapatênis

31/Janeiro A vida em suaves prestações – contém ironia



O mundo de mentirinha dos jornas

É a primeira vez na história da humanidade que há todo um complexo de instituições e profissionais, hoje chamado de “mídia”. A mídia é o que está entre a realidade e o espectador — é um meio, quase um telescópio pelo qual pessoas típicas da sociedade de massas podem ter uma relação indireta com o mundo — e apresenta o mundo por meio de correspondentes, articulistas e editoriais.

Um dos efeitos do sucesso desse complexo de manipulação de informações e fatos é que a opinião pública não julga os males pela sua gravidade objetiva, mas pelo destaque que recebem na mídia. No debate público nacional — e, em parte, no internacional também —, velhinhas presas sem o devido processo, a tentativa de supressão ditatorial de um movimento político e uma crise institucional que deformou o papel dos poderes da República, são menos escandalosos do que contratos milionários com parentes de autoridades, envolvendo o banco

de um empresário de cabelo lambido.

Isso é assim pela simples razão de que a quase totalidade das pessoas não tem como informar-se de fonte direta ou simplesmente não tem acesso a opiniões contrárias às da mídia — e aqui entra a complexidade do fato de a mídia tradicional ser superior em infraestrutura, material humano e financiamento.

Quantas vezes foram retratadas e descritas como terroristas as manifestações de velhinhas, ou como ataques à democracia a indignação popular diante da promiscuidade de nossas elites? Quanto da população do Brasil consegue discernir a verdade dos fatos das narrativas palatáveis e bem articuladas desenvolvidas pela mídia?

Jornalismo não é simplesmente mentira ardilosa; é fast-food para a inteligência. O espectador não engole uma mentira crua e sem preparo, assim como



uma criança não consome os corantes do cereal sem o amido e doses cavalares de açúcar.

O resultado é que opiniões e preconceitos da classe jornalística — reforçados pelos de seus irmãos siameses, o show business e a rede de educação pública — aparecem aos olhos da multidão não só como a imagem direta e veraz do mundo real, mas como a única imagem concebível. O que quer que esteja fora dos jornais e dos canais de TV está fora do universo. Claro, entre estudiosos pode-se falar de coisas que a população ignora, mas qualquer tentativa de fazê-lo ante um público maior atrairá sobre quem o fizer, o diagnóstico de paranóia, assinado pela suprema autoridade científica da mídia popular.

Enquanto existiu concorrência genuína entre os meios de comunicação, a divergência entre os pontos de vista dos vários centros formadores de opinião alertava os observadores para as falhas do conjun-

to, praticamente obrigando-os a conjecturar outras realidades por trás do que aparecia na mídia. De uns vinte anos para cá, três fatores — a rápida concentração da propriedade dos meios de comunicação, a uniformização ideológica dos estudantes de jornalismo, artes e letras por meio da doutrinação maciça nas universidades, e a influência crescente exercida sobre as redações pela rede multibilionária de ONGs militantes espalhadas pelo mundo — produziram um fenômeno que ainda não foi estudado como merece: a padronização mundial da opinião pública por meio da influência convergente da mídia, do show business e do sistema educacional.

Por essa razão, é possível enclausurar-se no mundo de mentirinha dos jornais, onde tudo é possível, o que inclui: golpe de Estado desarmado, grupo de guerrilha de terceira idade e normalidade institucional com a presença onipresente do Judiciário na vida pública nacional. ■



A importância de ter ideias

Se existe um erro que foi sistematicamente cometido pelo movimento patriótico do Brasil, é o de subestimar a capacidade humana de aderir racionalmente à barbárie e à destruição. Capitalizar a insatisfação do cidadão comum com o sistema opressor e burocrático do Estado de Direito brasileiro não pode ser pretexto para a adesão a um niilismo político sem agenda propositiva. A necessidade de se opor ao sistema vigente não pode ser pretexto para a não articulação de um projeto nacional substitutivo à política atual.

Na introdução à Filosofia do Direito, G. W. F. Hegel explica que uma das capacidades essenciais do ego humano é a de suprimir mentalmente todo dado exterior ou interior, quer este se imponha como presença física ou por quaisquer outros meios — a capacidade, em suma, de negar o universo inteiro e fazer da consciência de si a única

realidade. Se não fosse essa faculdade, haveria prisão no círculo dos estímulos imediatos, como os animais, e não haveria acesso aos graus mais elevados de abstração. A negação do dado — “a irrestrita infinitude da abstração absoluta ou universalidade, o puro pensamento de si mesmo”, segundo Hegel — é uma das glórias peculiares da inteligência humana.

Quando o ego vivencia a negação abstrativa como uma experiência de liberdade e a autodeterminação da vontade se apegue a essa experiência, prossegue Hegel, “então temos a liberdade negativa, a liberdade no vazio, que se ergue como paixão e toma forma no mundo”. Vale a pena citar o parágrafo por extenso, tal a sua força analítica e profética:

“Quando [essa liberdade] se volta para a ação prática, ela toma forma na religião e na política como



fanatismo da destruição — a destruição de toda a ordem social subsistente —, como eliminação dos indivíduos que são objetos de suspeita e a aniquilação de toda organização que tente se erguer de novo de entre as ruínas. É só destruindo alguma coisa que essa vontade negativa tem o sentimento de si própria como existente. É claro que ela imagina querer alcançar algum estado de coisas positivo, como a igualdade universal ou a vida religiosa universal, mas, de fato, ela não quer que esse estado se realize efetivamente, porque essa realização levaria a alguma espécie de ordem, a uma formação particularizada de organizações e indivíduos, ao passo que a autoconsciência daquela liberdade negativa provém precisamente da negação da particularidade, da negação de toda caracterização objetiva. Consequentemente, o que essa liberdade negativa pretende querer nunca pode ser algo em particular, mas apenas uma ideia abstrata, e dar efeito a essa

ideia só pode consistir na fúria da destruição.”

Esse parágrafo deveria ser meditado diariamente por todos os estudiosos e homens práticos interessados em compreender o mundo da política. Ele elucida não apenas a autofagia dos movimentos revolucionários, que sempre desencadeia guerras internas sangrentas, mas também explica como a falta de propostas e de agenda política pode provocar autofagia social, niilismo e criar movimentos que buscam exclusivamente a destruição da ordem vigente, sem que haja um projeto substitutivo. No fim das contas, para a direita, não há nada mais destrutivo do que não ter um plano: buscar a destruição pura e simples de um sistema que não foi compreendido e assimilado é adentrar um ciclo de destruição racionalista que, no fim das contas, não passa de barbárie com pose de coragem e inteligência.. ■



O Crédito Não É Neutro — E Trump Tornou Isso Explícito

Sempre que um governo interfere no sistema financeiro, o debate público costuma correr para dois atalhos fáceis. Uns gritam populismo, outros denunciam violação do livre mercado. O problema é que essa disputa moral quase sempre esconde o funcionamento real das economias modernas. Grandes mercados financeiros nunca existiram sem algum grau de coordenação estatal. A diferença nunca esteve entre intervir ou não intervir, mas em quem controla os instrumentos e com qual objetivo.

Foi nesse cenário que [Donald Trump anunciou uma medida](#) que gerou ruído tanto entre liberais quanto entre progressistas. Em vez de agir por meio do banco central, determinou que as agências hipotecárias americanas comprassem centenas de bilhões de dólares em títulos ligados ao crédito imobiliário. O objetivo declarado foi reduzir

as taxas de financiamento habitacional e aliviar o custo das parcelas para quem compra imóveis.

Na prática, trata-se de interferência direta no preço do crédito, usando o balanço de instituições para-fiscais que já existem. Não é impressão de dinheiro no sentido clássico, nem mudança de juros básicos. É uma ação cirúrgica sobre um mercado específico, com efeitos relativamente rápidos.

Por isso, tal medida não pode ser chamada de ajuda social. Ela não transfere renda para famílias de baixa renda, não resolve o problema estrutural de acesso à moradia e não reduz o preço dos imóveis. O que faz é aliviar o custo financeiro para quem já está dentro do sistema de crédito. Em vez de redistribuir renda, redistribui liquidez e risco dentro do próprio sistema financeiro. Quem não consegue fi-



nanciar antes continua de fora depois.

Mas também não faz sentido enquadrar essa ação como violação excepcional do livre mercado. O mercado imobiliário americano funciona há décadas apoiado em garantias públicas, agências estatais e compras de ativos em momentos de estresse. O preço do crédito habitacional nunca foi resultado exclusivo de oferta e demanda privadas. A diferença agora é menos técnica e mais política.

O objetivo é outro: estabilização sistêmica. O mercado imobiliário é uma peça central da economia americana. Uma correção abrupta afeta bancos, fundos, consumo e confiança. Ao sustentar o crédito, o governo reduz a probabilidade de uma reação em cadeia que poderia contaminar o restante do sistema. Não é justiça social, nem respeito a dogma de mer-

cado. É administração de risco político e financeiro.

O que incomodou o establishment não foi a intervenção em si, mas a quebra do ritual institucional. Não partiu do banco central, não veio revestida de linguagem técnica neutra e não fingiu ser uma decisão puramente econômica. Foi uma escolha política assumida como tal. Isso expõe algo desconfortável: boa parte da chamada neutralidade do sistema financeiro é performática.

Nada disso significa que governos devam copiar a medida automaticamente. O ponto é outro. Mercados complexos sempre são administrados. A questão é se isso acontece de forma explícita, com responsabilidade política, ou escondido atrás de jargões técnicos que fingem ausência de escolha. O erro nunca foi o Estado agir. Foi vender a ilusão de que ele não age. ■



Projeto nacional sem Estado: por que isso funciona nos EUA e trava no Brasil

Quando um fundo americano anuncia que levantou bilhões com o objetivo explícito de investir em setores estratégicos do próprio país, isso não provoca escândalo. Provoca concordância ou discordância, como deveria ser. A intenção não é tratada como anomalia. Nos Estados Unidos, esse tipo de decisão é compreendido como parte normal do funcionamento de uma potência que sabe onde quer chegar.

O movimento recente da Andreessen Horowitz não inaugura uma novidade conceitual. Apenas torna visível algo que sempre esteve presente nas economias centrais: capital, tecnologia e poder nunca operaram de forma neutra. A diferença é que, agora, essa relação deixou de ser disfarçada. Não se busca fingir autonomia absoluta do mercado nem esconder direção estratégica sob linguagem técnica. A prioridade na-

cional é assumida como tal.

Isso não tem relação com dirigismo estatal nem com planejamento central. Trata-se de hierarquia entre esferas. O mercado atua com liberdade, mas não sem dever. O capital circula, investe e assume riscos, porém dentro de uma ordem em que a continuidade do país, sua capacidade produtiva e sua posição estratégica não são variáveis externas. O Estado não executa tudo, mas define o sentido. O mercado não governa, mas responde.

No Brasil, essa hierarquia foi perdida. Aqui, qualquer tentativa de aproximar investimento e interesse nacional tende a gerar reação defensiva imediata. O debate raramente começa pelo mérito econômico ou estratégico. Começa pela suspeita. Antes de se discutir se a inicia-



tiva faz sentido para o país, avalia-se se ela representa algum tipo de desvio político, simbólico ou institucional.

Esse comportamento não é exceção. Tornou-se padrão. Consolidou-se uma cultura em que coordenação é confundida com captura, e propósito coletivo, com ameaça. O resultado é um mercado que opera desde que se mantenha autocentrado, restrito ao curto prazo e desvinculado de qualquer responsabilidade mais ampla. Rentabilidade é aceita. Direção é vista com desconfiança.

Forma-se, assim, um paradoxo. O Brasil não rejeita o mercado, mas rejeita a ideia de país. Tolerar o capital enquanto ele não formula ambição. Aceita eficiência financeira, mas bloqueia a construção de capacidades estratégicas. Não por falta de recursos ou instrumen-

tos, mas por um reflexo institucional que transforma toda tentativa de ordem em problema.

As economias centrais avançam não porque tenham resolvido a tensão entre Estado e mercado, mas porque nunca permitiram que essa tensão destruísse a hierarquia entre as esferas. Entenderam que liberdade econômica não equivale à ausência de dever, e que neutralidade absoluta é uma ficção cara em um ambiente de competição aberta.

O bloqueio brasileiro não é técnico nem econômico. É civilizacional. O problema não está no mercado nem no Estado, isoladamente, mas na incapacidade de admitir que ambos só funcionam quando subordinados a uma lógica de país. ■



O Brasil leiloado pela tecnocracia

Nos últimos dias tornou-se clara, a quem quiser ver, uma linha de pensamento da elite brasileira que denunciamos com frequência: a de que para o país "dar certo", ele precisa, antes, ser destruído.

Não se trata de queimar bandeiras ou fazer protestos, mas da destruição fria e metódica da nossa capacidade de ser uma nação forte. É a ideia de que a saúde financeira de um país se mede pela quantidade de sangue que ele consegue extrair de sua base produtiva para alimentar o topo da pirâmide rentista.

C.S. Lewis, no livro *Uma Força Medonha*, disse que o trabalhador comum, o homem do povo, ignora a propaganda da imprensa porque sabe, instintivamente, que é tudo mentira; ele passou sua vida desconfiando dos poderosos, e por isso enxerga a realidade. É só o leitor educado, que consome informação em excesso vindas das fontes "oficiais" quem é enganado.

Ele acredita em qualquer atrocidade se ela vier na linguagem liberal e assinada por um "especialista".

É exatamente esse público que aplaude o desmonte nacional, convencidos de que juros estratosféricos não são uma transferência de renda de quem trabalha para quem especula, mas um "remédio necessário". Eles acreditam que vender ativos estratégicos a preço de banana para estatais estrangeiras é "modernização e eficiência", enquanto chamam qualquer tentativa de soberania nacional de "retrocesso" ou "esquerdismo". A financeirização da existência do brasileiro começa quando as instituições que deveriam zelar pelo desenvolvimento nacional foram capturadas por uma lógica onde o lucro imediato do mercado financeiro é a única bússola moral.

Foi assim que se criou um sistema de incentivos perverso, onde quanto mais se asfixia a indústria local,



quanto mais se encarece o crédito para o brasileiro médio, há mais aplausos nos relatórios dos bancos de investimento. A "austeridade", nesse dicionário, nunca é o banco apertando o cinto, e sim o Estado parando de investir em infraestrutura, o hospital sem remédio, a escola caindo aos pedaços - tudo para garantir que o "superávit" consiga pagar os juros da dívida. Traduzindo: é o sacrifício do cidadão real, do brasileiro que trabalha e paga as contas, no altar das Instituições abstratas - dos grandes bancos, dos conselhos, das ONGs.

Essas instituições olham para o Brasil e não veem uma cultura, um povo, uma história, veem apenas uma planilha mal ajustada. Eles odeiam o hábito, o costume, a realidade orgânica do país porque, para eles, o Brasil ideal é aquele que não cresce e não incomoda, se limitando a exportar commodities e ler as notícias. E a verdadeira tragédia é ver a docilidade com que as outras classes aceitam isso. O jornalista econômico, o

acadêmico, o deputado, repetem os mantras econômicos da Faria Lima, incapazes de questionar a quem interessa esse "equilíbrio" que só se atinge com a pobreza alheia. Eles acham que, defendendo esse capital vadio, serão aceitos no clube das nações civilizadas.

O atraso do Brasil é um projeto de sucesso dessa gente. Há muito lucro em manter o país de joelhos enquanto nossas instituições servem para validar esse saque, camuflando a pilhagem e nos mantendo como o "país do futuro" que nunca chega, porque o presente foi vendido para garantir o bônus de meia dúzia de burocratas.

Cabe ao povo, aquele que Lewis dizia ser imune à propaganda, sentir na pele e no bolso que a conta não fecha e se colocar, em voto e ação, contra a tecnocracia que assalta o país. Até lá, resta saber o que sobrá dos escombros do país quando essa bolha de mentiras finalmente estourar. ■



A Independência dos Bancos Centrais e o Deslocamento Silencioso do Poder Econômico para Fora do Voto

Banco central independente significa, na prática, que quem define o preço do dinheiro deixa de responder a quem foi eleito. Isso representa uma mudança profunda na forma como o poder econômico se organiza nos Estados modernos. Foi apresentado como modernização, embalado como avanço institucional, ainda que implicasse perda de soberania.

Esse modelo não surgiu como conquista democrática. Surgiu como arranjo de poder. A ideia central era simples: retirar a política monetária do debate nacional, afastá-la do conflito político interno e entregá-la a um corpo técnico que opera segundo parâmetros compartilhados em escala global. A promessa era de estabilidade. O resultado foi o deslocamento silencioso do poder de decisão.

Com o tempo, formou-se um verdadeiro clube monetário. Um conjunto de bancos centrais, organismos

multilaterais, fóruns fechados e referências técnicas que passaram a definir o que é risco aceitável, crescimento saudável e disciplina fiscal responsável. Essas definições não passam por eleição, não se submetem a programas de governo, não respondem a ciclos políticos internos. Elas se impõem como padrão, quase como verdade revelada.

Nesse arranjo, a política deixa de deliberar e passa a se adaptar. Governos eleitos herdam um conjunto de limites previamente definidos, sobretudo quando o tema é moeda, crédito, dívida e câmbio. O espaço de decisão nacional se estreita, enquanto a retórica da neutralidade técnica se fortalece. O que sobra para a política é a gestão do possível dentro de margens cada vez mais estreitas.

Quando esse modelo é questionado, a resposta raramente vem como debate econômico aberto. O que



se vê é reação coordenada. Linguagem institucional, alertas sistêmicos, defesa convicta das “regras do jogo”. O sistema reage como bloco, não para convencer, mas para conter.

Foi o que aconteceu quando [Donald Trump presionou o Federal Reserve](#). A crítica não foi tratada como divergência legítima sobre política monetária. Foi enquadrada como ameaça institucional. O problema não era o argumento, mas o precedente. Questionar o banco central passou a ser visto como violação de um tabu. O que deveria ser disputa política virou transgressão.

O caso importa menos pelo personagem do que pela engrenagem que expõe. O limite do debate permitido aparece com clareza. Há decisões que podem ser discutidas e há decisões que devem permanecer fora do alcance da política. A independência deixa de ser ins-

trumento e vira dogma.

O que acontece nos Estados Unidos antecipa um conflito que também se desenhará em outros países. No Brasil, a política monetária opera sob blindagem semelhante. Decisões centrais para o financiamento do Estado, para o crédito produtivo e para a dinâmica da dívida seguem protegidas por uma camada técnica que dificulta qualquer questionamento de fundo. O padrão se repete: autonomia formal do banco central, metas rígidas de inflação e um discurso que converte escolha política em necessidade técnica.

No fim, o debate vai além de taxas, metas ou modelos econométricos. O que realmente está em jogo é onde reside o poder de decisão quando o assunto é dinheiro. E, sobretudo, quem pode ser responsabilizado quando escolhas monetárias moldam o destino econômico de um país inteiro. ■



O Silêncio do Sistema: O Risco que o Carbono Empurra para Dentro dos Balanços

Créditos de carbono passaram a ser apresentados como solução moderna para problemas complexos. Sob o rótulo da transição energética, esse instrumento deixou o campo ambiental e foi incorporado à engrenagem financeira como se representasse valor econômico verificável. O discurso promete eficiência, sustentabilidade e inovação. O que não entrega é clareza sobre risco, mensuração e responsabilidade.

A questão central não é semântica nem ideológica. É econômica. Créditos de carbono não funcionam como ativos produtivos. Não geram bens, não ampliam capacidade instalada, não criam fluxo de caixa autônomo. Seu valor depende de construção normativa, aceitação institucional e manutenção de um consenso político regulatório. Um ativo cuja existência econômica está condicionada à narrativa que o sustenta e à permanência das regras que lhe dão suporte.

Ainda assim, esse tipo de crédito passou a influenciar avaliações empresariais, estruturas de financiamento e decisões de investimento. Em vez de reduzir risco ambiental, o sistema passou a redistribuir risco financeiro, empurrando para dentro dos balanços ativos de difícil mensuração, pouca transparência e liquidez incerta. O problema não é episódico nem marginal. É de desenho.

A opacidade não surge como efeito colateral. Ela cumpre uma função. Quanto menos transparência houver sobre como esses créditos impactam balanços, garantias e premissas de valuation, mais fácil se torna expandir o mercado sem enfrentar o teste da precificação real. A ausência de disclosure específico não fortalece o sistema financeiro. Apenas adia o ajuste.

O conforto institucional reforça essa dinâmica. Reguladores tratam o tema com cautela excessiva,



auditorias operam dentro de parâmetros estreitos e o debate público se desloca para slogans ambientais, evitando perguntas contábeis elementares. O resultado é um mercado que cresce antes de ser plenamente compreendido, sustentado mais por alinhamento político e reputacional do que por fundamentos econômicos sólidos.

Nesse formato, a transição energética deixa de ser política ambiental e passa a operar como engenharia financeira. Em vez de induzir investimento produtivo ou inovação tecnológica, abre espaço para ativos abstratos, promessas futuras e valorização ancorada em expectativa regulatória. O risco climático não desaparece. Ele apenas se converte em risco financeiro difuso, distribuído de forma pouco visível.

E há um elemento pouco discutido. Ativos cuja precificação depende fortemente de consenso ins-

titucional resistem mal às mudanças de cenário. Alterações regulatórias, revisões metodológicas ou simples perda de credibilidade podem provocar reprecificações abruptas. Quando isso ocorre, o ajuste raramente é ordenado ou equitativo.

A história do sistema financeiro mostra que modelos baseados em ativos dessa natureza funcionam enquanto o consenso se mantém. Quando ele se rompe, o ajuste costuma ser rápido, assimétrico e custoso. Não é abstração teórica nem exercício retórico. É recorrência histórica.

A pergunta que precisa ser feita não é se o crédito de carbono é bem intencionado, mas se o sistema financeiro está preparado para absorver o risco que ele cria. Enquanto essa pergunta continuar sendo evitada no debate público, o silêncio seguirá sendo o principal mecanismo de sustentação desse mercado. ■



As rasteiras em Jair Bolsonaro

O cálculo político de Tarcísio de Freitas ficou escancarado mais uma vez: o governador de São Paulo adiou — na prática, cancelou — a visita marcada para esta quinta-feira a Jair Bolsonaro. Motivo oficial? “Compromissos em São Paulo”. O motivo de fundo parece ser evitar cobranças e preservar manobras para não se comprometer de vez com a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro.

Enquanto isso, os aliados do governador fazem a outra parte do serviço, plantando na imprensa a narrativa de sempre: Tarcísio é o “moderado”, o “gestor”, o “inevitável” para 2026. Como sempre, tudo coordenado e regado por interesses de quem não aceita a escolha legítima de Bolsonaro. Eles ignoram — ou fazem de conta que não existem — os dados e os fatos que desmontam o sonho platônico. Insistem em forçar rachas, fazem drama e falam em “traição” para encher as páginas de política de padrão fofoca e alimentar a sua horda, mas a realidade insiste em desmentí-los.

A Faria Lima — que fantasiou com um nome “técnico” alinhado aos seus interesses — acorda todos os dias com o pesadelo: Bolsonaro fechou a franquinha no Zero Um. Desde o início, a unção de Flávio como candidato de Jair causou pânico e uma corrida de perfis ligados ao mercado nas redes sociais. O discurso é o mesmo plantado na imprensa, mas com ares de análises matemáticas que não se sustentam, como a tal rejeição: “Flávio não pode vencer Lula por conta da rejeição”. Mas e a rejeição a Lula que é ainda maior? Essa linha também não está na planilha imaginária da narrativa do mercado financeiro.

Quando saiu a notícia de que Jair pediu para receber a visita de Tarcísio, todos tinham a certeza pela enésima vez: “Flávio vai desistir e o Jair chamou Tarcísio para assumir a candidatura”. Mas a realidade mais uma vez se impôs. Não era nada disso e nunca será. Flávio é o herdeiro, carrega o sobrenome e o eleitora-



do fiel — e os números confirmam que isso pesa.

O último revés veio com a AtlasIntel/Bloomberg divulgada recentemente. Flávio Bolsonaro sobe forte e se consolida como o nome mais competitivo da oposição. No segundo turno, direto contra Lula, a diferença despencou de 12 pontos (dezembro/2025) para apenas 4 pontos. Um avanço expressivo para quem entrou na disputa há poucos meses. E esse não é o dado que mais incomoda. Quando colocados os dois nomes, Flávio e Tarcísio, a diferença entre ambos é mais que o dobro em favor do escolhido por Jair Bolsonaro. Não para por aí: se tirar o nome de Flávio, Lula dispara. A pesquisa colocou por terra toda a narrativa da “direita permitida”.

O cancelamento da visita revela egoísmo, a plantação na mídia revela desconexão, a irritação da Faria Lima revela frustração com a realidade que não se

curva a desejos.

No fim das contas, o bolsonarismo segue como o único antídoto ao PT. Na frente das câmeras, com microfones ligados, os "aliados" juram lealdade à escolha de Jair. Em off, com a covardia de sempre, confessam: só seguem se ele escolher o candidato deles.

Quanto ao governador, recorrendo à frieza calculada, dessa vez deixou de lado muito mais que uma convocação, abriu mão de fazer um gesto mínimo de solidariedade com aquele que lhe deu visibilidade e oportunidade. Algumas das notinhas plantadas falam que Tarcísio cansou de levar rasteiras. Se tem alguém que vem levando rasteiras, inclusive de ditos aliados, é o ex-presidente.

A única certeza sobre esse grupo de “aliados” é que o mimimi, as rasteiras e a plantação de notícias não vão parar. ■



Vai ter Bolsonaro na urna: a força do nome que desmonta narrativas

Não teve jeito: Tarcísio de Freitas engoliu o orgulho e recuou. A visita a Jair Bolsonaro foi remarcada para a próxima quinta-feira, dia 29. A postagem do anúncio veio carregada: "total apoio e solidariedade" ao ex-presidente, "a quem sou e serei grato e leal". Na tentativa de não deixar dúvidas: "Sou pré-candidato à reeleição do governo de São Paulo" e "vou trabalhar por uma direita unida e forte contra a esquerda".

A vitimização de "cansado de levar rasteiras" — semeada por aliados na imprensa — não colou. A pressão da base bolsonarista, como sempre, foi forte. A indignação com a agenda divulgada, que não previa nada relevante para justificar o cancelamento, somada às notícias sobre encontros com a Faria Lima, empresários e marketeiros, aumentou a revolta. Quem plantou isso na imprensa já deveria saber

que a estratégia de dobrar a aposta não funcionaria.

Mas não foi só pressão das redes que forçou o recuo. A realidade dos números de pesquisas pesou bastante, ainda mais com o histórico de sempre jogar o nome Bolsonaro para baixo. No dia da desistência, a AtlasIntel já mostrava Flávio colado em Lula no 2º turno e mais competitivo que o governador. A pesquisa divulgada no dia seguinte trouxe a pá de cal: a Apex/Futura coloca Flávio vencendo Lula no 2º turno com vantagem de 6,2 pontos, fora da margem de erro. No 1º turno ampliado, Flávio lidera ou empata tecnicamente com Lula em vários cenários.

O universo paralelo do trade T desmoronou. Nas redes desses perfis, o show foi de desespero: alguns ainda insistiram na estratégia de dobrar a aposta ("Calma, Flávio vai desistir até o fim de fe-



vereiro"), outros se revoltaram e houve até as já esperadas confissões dos conhecidos isentões: "Não voto em Flávio se Tarcísio ficar fora" e, por fim, a resignação. Ficou bem claro que para determinados grupos nunca foi pelo Brasil — era agenda própria, interesses pessoais. Nada de novo.

Quem também vai precisar recalibrar a estratégia é o consórcio PT/imprensa, que plantou incansavelmente a ideia de que Tarcísio é o adversário mais difícil, o moderado palatável, o que furaria a polarização. Mas uma análise fria desmonta a farsa: se Flávio fosse um adversário "tão fácil", por que o desespero coordenado para desqualificá-lo, enfraquecer a direita e forçar rachas internos? Por que tanto suor para tirá-lo do jogo se era moleza? Simples: eles temem Flávio de verdade. Temem o sobrenome, o eleitorado fiel que não negocia e multiplica votos com um discurso que não muda ao sopro do vento

ou de interesses pessoais. Dias atrás, Lula, perguntado sobre qual recado mandaria a Flávio, pediu que ele "não desistisse". Era parte do joguinho cínico — fingir desprezo enquanto suam frio.

O establishment começa a perder o sono. Flávio consolidando-se como o candidato da direita, unificando a base raiz — isso sim ameaça a narrativa de "Lula inevitável". Na cabeça deles, um "moderado" poderia ser contido com acordos; Flávio representa a volta de um modelo que deixou traumas em quem está acostumado a se servir do Brasil.

A direita unida que Tarcísio agora promete colocar seus esforços — espera-se que sem novos recuos — vai atrapalhar cada vez mais a estratégia de quem dava o jogo como jogado, duvidava do real engajamento ou diminuía o poder do nome Bolsonaro na urna. No fundo, eles sabem que 2018 pode se repetir. ■



A Democracia dos "Banksters"

A democracia liberal neoiluminista, fruto de um novo conceito de civilização divorciado da consciência histórica ocidental e imposto após o caos da Primeira Guerra Mundial, é a estrutura institucional de governança mais frágil, burocrática e centralizadora de decisões que a humanidade já viu.

Opiniões fundamentadas em valores civilizacionais cristãos, a popularidade de líderes políticos contrários à agenda de financeirização da economia, fronteiras abertas e controle burocrático da vida cotidiana — em síntese: contrários à agenda de sociedade aberta — são acusadas de causar o retorno do nazismo, do fascismo ou de qualquer projeto de massacre estatal análogo.

A grande mídia ligada aos oligopólios corporativos, sob a batuta de think tanks globalistas, trata a de-

mocracia liberal como ápice da civilidade humana, causa do bem-estar terrestre e absoluto frágil. A democracia liberal neoiluminista é o liame frágil que pode levar a humanidade ao bem universal, mas pode ser pervertida por populistas e destruída por opiniões de senso comum.

A solução para preservar esse absoluto frágil é reprimir as opiniões do senso comum utilizando um aparato de mídia de alcance global, perseguir cristãos e suas manifestações culturais por meio da burocratização da vida cotidiana e do uso de polícias de pensamento. É uma democracia contramajoritária, que busca uma unidade opressiva e controladora, com um bem invisível aos olhos de quem não foi iluminado pela verdade do iluminismo laico, racionalista e científico.

Essa democracia, a cada circunstância adversa, de-



manda mais e mais centralização de poder; exige do povo que entregue cada vez mais recursos e renuncie a mais direitos diante da elite dominante.

Essa democracia é a única forma de garantir a manutenção de outras duas manifestações do bem: o livre mercado e o Estado burocrático de direito, que, juntos, impedem a ascensão de fascismos, nazismos e de todos os outros males que a humanidade já enfrentou.

O sentido da democracia, quando foi teorizada e posta em prática na Grécia, visava a uma distribuição de encargos e meios de ação para que a pólis não fosse tomada de assalto por um tirano estrangeiro ou por uma família rival do atual governante. A democracia nasce do fortalecimento dos cidadãos livres da pólis, visando a um equilíbrio de poderes para que fosse possível gerar certa estabilidade política.

Já a democracia iluminista e contramajoritária visa à estabilidade por meio da garantia do livre mercado

e de instituições democráticas. A democracia, em seu sentido original — que até hoje influencia o senso comum —, é uma busca por estabilidade através da justiça e do fortalecimento do povo; mas, segundo o conceito neoluminista de democracia, a população é uma das recorrentes ameaças à própria democracia.

Sem o verniz propagandístico, fica visível que a democracia liberal é o regime dos “banksters” — combinação de banker e gangster, termo pejorativo utilizado durante a Grande Depressão nos EUA —, pois é centrada nas instituições que podem promover o livre mercado e vê a promoção desse livre mercado como finalidade dessas instituições.

No fim das contas, essa democracia dos “banksters” não tem qualquer compromisso com a ordem social ou política, muito menos com a prosperidade ou o bem da população. É apenas um regime em que o poder econômico pode comprar ou se sobrepor ao poder político. ■



O rodízio de faltas dos traidores

O famoso "rodízio de faltas" do futebol — aquela tática em que os adversários se revezam para cometer infrações calculadas, evitando cartões vermelhos e mantendo o time em campo — encontrou terreno fértil na política brasileira.

A pseudo-direita, especialmente alas do Centrão e aliados oportunistas, aplica a estratégia desde que Jair foi inviabilizado como candidato. Críticas veladas, declarações "equilibradas" em off e análises cujo único objetivo é tirar o sobrenome Bolsonaro do jogo: "queremos os votos do Bolsonaro, mas sem o Bolsonaro". Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, virou o sonho dourado do establishment: conversa de gestor eficiente, imagem limpa, capaz de unir a direita sem espantar o mercado ou o sistema.

Durante 2025, a narrativa se repetiu: "Bolsonaro

anuncia em setembro", "em outubro", "em novembro"... O principal porta-voz foi Ciro Nogueira, que sonhava com a vaga de vice de Tarcísio. Foram tantas "faltinhas" acumuladas que ele se viu obrigado a mudar de lugar no campo e sumir dos holofotes.

No Natal de 2025, o ex-presidente acabou com o suspense. Em carta de próprio punho, enquanto se preparava para mais uma cirurgia, Jair formalizou o senador Flávio Bolsonaro como seu escolhido. Decisão cristalina, bola no chão.

Mas o rodízio não parou. A primeira grande falta do ano veio exatamente de quem era vendido como o "escolhido": Tarcísio. Chamado pelo ex-presidente, agendou uma visita, mas, ao farejar que o encontro poderia incluir pressão por posicionamento firme em apoio a Flávio, desmarcou com a desculpa frágil de agenda. A reação foi imediata: aliados bol-



sonaristas expuseram a manobra, e o governador precisou correr atrás com declarações genéricas de apoio. Ingratidão? Cálculo frio? Ambos. O gesto expôs mais uma vez o jogo: proximidade com Bolsonaro quando conveniente, distância quando não agrada à estratégia.

Agora, quem entrou no jogo foi Marcos Pereira, presidente nacional do Republicanos — o partido de Tarcísio. Em um evento, Pereira foi explícito: o apoio da direita a Flávio "não está definido" e "está dividido". Defendeu Tarcísio como o nome que "consegue unir a direita" e, para completar, chamou Eduardo Bolsonaro de "arrogante" ao rebater falas do deputado sobre unidade em torno da escolha de Jair. Será que ele achou que tinha alguma autoridade para falar sobre o que é bom para a direita? O Republicanos integra a base de apoio ao governo Lula - o fisiologismo de sempre - e tem lealdade zero ao bolsonarismo que os elegeu em 2018, com Mourão

como vice de Jair, e em 2022, com o próprio Tarcísio.

Esse revezamento é estratégico: evitar confronto direto com o maior líder popular da direita, mesmo preso — enquanto corrói sua autoridade para definir o rumo do movimento. Cada "falta" é dosada: crítica "técnica", elogio ao "centro", menção a outros nomes. Tudo para acumular desgaste e plantar fragmentação.

O Centrão sonha com um candidato palatável ao sistema: menos ideológico, disposto a concessões em nome da "governabilidade". A direita autêntica resiste ao lawfare, ao autoritarismo judicial e ao establishment. Sabe que o nome Bolsonaro é o único antídoto comprovado ao lulopetismo nas urnas. Faltas disfarçadas de "equilíbrio" não enganam mais. O capitão escolheu Flávio. Ponto final. Quem insistir no rodízio que se prepare: o cartão vermelho virá nas urnas de 2026. ■



O Vandorismo de Sapatênis

No Brasil, a lealdade dura exatamente o tempo de um story no Instagram. O país viu essa semana o espetáculo da "caminhada" de Nikolas Ferreira, uma peregrinação supostamente em nome da liberdade de Jair Bolsonaro e dos presos políticos do 8 de janeiro - mas, para quem tem olhos de ver, o que se desenrolou foi na verdade o ato de lançamento oficial do movimento oficial da direita sem votos, o **"Bolsonarismo sem Bolsonaro"**.

Nos anos 60 a Argentina, com Juan Perón no exílio, viu o líder sindical Augusto Vandor surgir com uma ideia brilhante: criar um "Peronismo sem Perón". A ideia era manter a massa, a mística e os votos, mas descartar o velho, substituindo a lealdade pessoal (que é a base da política ibérica e católica e, portanto, da latinoamericana) por uma estrutura burocrática e "eficiente", coisa de CEO. Vandor queria gerir o espólio político do líder vivo como se este já fosse um cadáver.

Nikolas Ferreira, Tarcísio de Freitas e seus parceiros são

os nossos "Vandores" modernos. O que Nikolas fez ao caminhar centenas de quilômetros não foi "carregar a cruz" de Jair, mas tentar pegá-la para si como se toma a coroa de um rei deposto. O silêncio sobre Flávio Bolsonaro, o herdeiro designado pelo próprio Jair para 2026, é a prova: Flávio, com todos os seus defeitos, carrega o DNA, a legitimidade da carne e do sangue, o princípio dinástico que o povo brasileiro, intuitivamente monarquista, compreende e respeita. Flávio é a extensão política da pessoa de Jair.

Mas a nova direita de sapatênis, que aprendeu a lacrar na internet mas tem nojo de ser do povo, quer transformar o Bolsonarismo numa abstração. Eles querem transformar Jair Bolsonaro num "Indivíduo" liberal, numa ideia platônica de liberdade que pode ser descolada do homem real e transferida, via marketing digital, para um influencer ou um tecnocrata.

Ao ignorarem Flávio - que aliás torceu, divulgou e cla-



mou aos seus seguidores que apoiassem a caminhada, tentando manter a unidade - a direita antibolsonarista cometeu o pecado capital da política: a traição. Eles tratam a sucessão política como se fosse um processo seletivo, ignorando a vontade expressa do dono do carisma e dos votos. Isso é a mentalidade liberal em sua essência: a substituição da lealdade e do vínculo orgânico pela eficiência e pelo sucesso numérico.

A história foi implacável com o Vandorismo. O Peronismo só se reunificou quando o Velho voltou e Augusto Vandor foi vítima da divisão que ele mesmo fomentou.

O Brasil não é a Suíça, aqui, as eleições funcionam na base do carisma, do afeto e da lealdade. O povo brasileiro sabe quem é o dono da bola.

Tarcísio, Nikolas e companhia acreditam que podem herdar os votos de Jair matando-o politicamente em vida, isolando seus filhos e criando uma "direita per-

mitida" pelo sistema. É uma aposta fadada ao fracasso porque, ao tentarem criar um movimento higienizado dos "extremos" da família Bolsonaro, eles estão criando apenas mais uma extensão do Centrão com uma estética messiânica.

Jair Bolsonaro pode estar preso, mas é ele quem detém o capital político, e Flávio é o portador desse anel. Quem tenta arrancar o anel do dedo do herdeiro enquanto o pai sangra na cadeia não é um aliado, é um abutre vestindo camisa da seleção. E se há algo que o brasileiro despreza mais do que político corrupto, é o amigo da onça que cresce o olho na herança antes do velório acabar.

A realidade é que a "liberdade" que Nikolas gritou na estrada não incluía a liberdade de Jair escolher seu sucessor. Foi um grito de "O Rei está morto, longa vida a Mim". Mas em Brasília, assim como em Roma, quem apunhala César eventualmente descobre que atacar quem é popular não o faz apto a sentar no trono. ■



A vida em suaves prestações – contém ironia

Você aí, ainda resmungando sobre inflação, desemprego, salário que não acompanha o preço do ovo (não o de Páscoa, o comum), e dizendo que o Brasil está afundando em uma crise sem fim? Pare com isso, meu caro. Você está olhando para o lado errado do telescópio. O que você chama de "crise" é, na verdade, o ápice da engenhosidade nacional: o capitalismo reinventado à brasileira, onde o verdadeiro produto não é mais o bem de consumo, mas o carnê em si.

Nós não compramos coisas; nós compramos o direito de pagar por elas por décadas. Isso sim é sofisticação financeira. Vamos começar pelo básico, que já virou clássico: o sonho da casa própria foi aposentado e substituído pelo sonho do iPhone 17 Pro Max (ou 18, dependendo de quando você ler isso). Antigamente, consórcio era coisa séria: grupo pessoas juntando dinheiro para comprar um

carro ou a sonhada casa própria. Hoje? Consórcio de iPhone é realidade concreta. Empresas especializadas oferecem planos dedicados, com cartas de crédito calibradas exatamente para o preço salgado dos aparelhos da Apple — que, convenhamos, equivalem a 5, 6 salários mínimos para muita gente. Você parcela em 48 meses, participa de sorteios e lances, e quando a carta chega, corre para a loja.

É planejamento puro, dizem as propagandas. Planejamento para ter o celular mais caro do mundo enquanto o aluguel atrasa. Progresso! E não para por aí. Agora, vamos ao nível master: a gastronomia parcelada. Pizza em 6x no cartão? Amador. Hoje você faz Pix parcelado — sim, o Pix, que nasceu gratuito e instantâneo, virou linha de crédito disfarçada. Bancos e fintechs permitem parcelar em até 12 vezes, 24 vezes em alguns casos, com juros que



variam, mas quem liga? Você pede uma pizza family size com borda recheada, paga via Pix no cartão de crédito ou no novo "Pix parcelado" (empréstimo instantâneo), e o sabor da redonda chega hoje, enquanto as parcelas te perseguem até o Natal. A caixa vira lixo reciclável, mas a dívida? É a economia circular da miséria gourmet: come hoje, paga em 6 meses, e dá tempo suficiente para fazer a digestão. Se quiser ostentar, peça uma Coca-Cola de 2 litros. Mas o ápice da transcendência continua sendo o Ovo de Páscoa financiado com FGTS. Lembra de 2025? Lojas sugerindo abertamente usar o saque-aniversário ou antecipação do Fundo de Garantia para comprar chocolate com brinde vagabundo. O FGTS, que era reserva para demissão, virou linha de crédito acessível via bancos – sempre eles:

Você saca/antecipa, compra o ovo de 300g (ou 1 kg

se for ousado), come o chocolate em uma semana, e compromete parte da sua única proteção trabalhista por um pico de glicemia pascal. Quando a Páscoa acabar, parcela uma pizza para compensar a culpa. E o ciclo continua. Adicione a isso o crédito consignado bombando (taxas mais baixas, desconto em folha, mas, ainda assim, dívida eterna para aposentados, servidores e CLT), empréstimos pessoais disfarçados de "facilidades", e o resultado é claro: o brasileiro não consome produtos; consome prestações. O carnê virou moeda nacional. Quer tecnologia de ponta? Tem. Quer comer uma pizza? Tem. Ovo de Páscoa? Tem.

Então, pare de reclamar. O futuro chegou em 12 vezes, sem entrada, com taxa de administração embutida e aceita FGTS. Os juros? Ah, relaxa. É só o preço da modernidade. E da sua alma, claro. ■



Os relatórios de janeiro expõem uma **soberania brasileira comprimida entre a captura interna do Estado e a reorganização acelerada da ordem internacional**. A elite financeira nacional, ancorada em dogmas globalistas e no rentismo, revela-se incapaz de operar segundo a lógica da *realpolitik*, enquanto o **mito do protagonismo internacional do governo Lula** se dissolve diante de um cenário hemisférico em mutação e da perda de relevância efetiva do país. A fragmentação territorial, o avanço do crime organizado e a tolerância internacional à desordem interna passam a ter peso geopolítico, convertendo instabilidade doméstica em risco estratégico. No plano

externo, o **colapso do multilateralismo, a seletividade do direito internacional e a reação coordenada de bancos centrais** escancaram a **falência da neutralidade técnica** e a centralidade do poder monetário como instrumento de obediência sistêmica. A ascensão de uma agenda soberanista nos Estados Unidos contrasta com a ambiguidade brasileira diante do ambientalismo político, da ingerência de ONGs estrangeiras e da disputa pelo próprio conceito de soberania. O saldo do mês é um país em que a perda de autonomia não se dá por imposição direta, mas pela combinação de **submissão financeira, confusão ideológica e abdicação estratégica contínua**.

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

03/Janeiro A Faria Lima Perdida no Deserto do Real

04/Janeiro O Mito do Painho Estadista

05/Janeiro A Zona Cinzenta Que Precede o Narcoestado

06/Janeiro A captura de Maduro e os esqueletos da esquerda latino-americana

06/Janeiro O mito político das veias abertas da América Latina

08/Janeiro A hipocrisia seletiva da interferência estrangeira

09/Janeiro O crepúsculo dos ídolos técnicos

11/Janeiro A Estratégia de Segurança Nacional de Trump, o retorno do Sistema Americano e os desafios hemisféricos

13/Janeiro O velório tardio do direito internacional

14/Janeiro O Episódio Powell, a Reação Coordenada dos Bancos Centrais e o Medo do Debate Monetário

16/Janeiro Mais um recado – o bolsonarismo não quer um tecnocrata

17/Janeiro Trump vence mais um round contra o “globalismo”

18/Janeiro Preocupado com uma invasão da Amazônia?

21/Janeiro A Confiança dos Mercados como Arquitetura de Obediência Sistêmica

26/Janeiro Ode à anarquia

30/Janeiro Em defesa da soberania, mas de quem?



RESUMO GERAL

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

16

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

SEGURANÇA, TECNOLOGIA E CRIME ORGANIZADO



A Faria Lima Perdida no Deserto do Real

Todos os dias os coletes da Faria Lima aproveitam as filas quilométricas que pegam para pregar sobre a "eficiência de mercado", a "vantagem comparativa" e aquele velho ídolo de barro, a "mão invisível", para quem for mais incauto, como se a História tivesse acabado em 1990, onde as fronteiras eram sugestões antiquadas e a soberania nacional era um fetiche sujo de populistas.

Mas a realidade tem o hábito desagradável de aparecer sem ser convidada, e muitas vezes nas horas mais surpreendentes. Eis que a China anuncia cotas e tarifas draconianas sobre a carne bovina brasileira porque decidiu que a segurança alimentar de seu povo vale mais do que os lucros dos frigoríficos brasileiros.

E o que acontece na Faria Lima? Ocorre um insight accidental. Em um relatório recente do BTG Pactual sobre as taxas da China, uma sequência de frases chamou a atenção:

"A história nos ensinou que nenhum país está disposto a depender por muito tempo de importações de energia ou alimentos. É exatamente disso que parece se tratar."

Esse tipo de admissão, que para uma pessoa sensata parece óbvia, soa estranho justamente por vir de quem vive de apostar que o livre comércio é um imperativo moral e que proteger a indústria doméstica é heresia. Mas, uma vez confrontados com o exercício do poder soberano por um Estado, nossos banqueiros subitamente começam a soar como Hamilton reencarnado.

A Faria Lima agora enxerga, com uma candura quase infantil, que a China quer incentivar a produção doméstica e que a soberania triunfa sobre o preço. O próprio Alexander Hamilton alertava, lá no século XVIII, que "Não apenas a riqueza, mas a independência e a segurança de um país, estão materialmente conectadas à prosperidade das indús-



trias". A Faria Lima, que sempre tratou isso como uma relíquia ao incentivar a "Economia Devedora", demonstra por um breve minuto entender que o mundo não é um "mercado global" de amigos, mas uma arena de predadores. A China entende a realpolitik de que, ao proteger o que é seu, ela garante que terá o que comer amanhã - enquanto o Brasil, guiado por sua elite financeira, continua vendendo o almoço para pagar o jantar.

A ironia suprema é que os financistas só diagnosticam o problema quando o lucro deles é ameaçado pela verdade fundamental descrita por Thomas Jefferson que tentaram, a todo custo, enterrar ao longo dessas décadas: "O poder é real, a economia é apenas a sombra que ele projeta."

Tanto Jefferson quanto Hamilton sabiam que a liberdade política sem independência econômica é uma farsa, e que o "livre comércio" é uma arma que as po-

tências hegemônicas usam para manter as colônias na lama. A China sabe disso. Apenas o Brasil, deslumbrado, insiste em não saber.

Isso tudo serve como introdução a vocês, novos e acidentais companheiros hamiltonianos. Sejam bem-vindos ao deserto do real. É uma pena saber que esse conhecimento durará apenas até o próximo trimestre fiscal, quando voltarão a pregar a destruição da indústria local em nome da "competitividade".

Mas, de qualquer maneira, o aviso está dado. O Brasil continua carregando a crença no globalismo liberal consigo para todos os lugares, fingindo que ele ainda reluz como ouro. Talvez o tapa na cara vindo de Pequim nos faça despertar para a escolha entre ser um jogador ou ser o tabuleiro. A Faria Lima acabou de descobrir que somos o tabuleiro - resta saber se farão algo a respeito, ou se apenas ajustarão as margens de lucro enquanto as peças se movem sobre suas cabeças. ■



O Mito do Painho Estadista

A elite brasileira e as vozes do debate público nacional tentaram, a todo custo, sustentar um mito político de que Lula era um hábil negociador, homem de prestígio internacional por sua articulação, retórica e resistência anti-imperialista. Por motivos óbvios, não era possível admitir que uma quadrilha havia chegado ao poder e que Lula nada mais era do que um agitador profissional que servia como testa de ferro de um projeto de dominação da América Latina. O “líder do sul global” não fez nada mais, nada menos, do que distribuir dinheiro de impostos para ditaduras pelo Terceiro Mundo, enquanto atendia aos interesses desses mesmos imperialistas que jurava combater.

Essa ilusão sequestrou a consciência de boa parte da elite e da classe média, que se sentiu impotente diante do projeto nefasto do PT e de seu líder público.

Quando alguém percebe o mal como uma espécie de força avassaladora e praticamente invencível, essa estimati-

va exagerada não apenas inflama o sentimento de perigo, mas compromete o próprio discernimento moral e a capacidade de agir. Nesse tipo de percepção, o mal deixa de ser uma realidade a ser enfrentada com coragem e autoconsciência, transformando-se em um espectro intimidante cuja simples concepção induz medo, resignação e uma espécie de inanição ética, de modo que a pessoa acaba por evitá-lo, não por avaliação racional, mas por incapacidade de manter firmeza de propósito diante dele, exibindo uma forma de paralisia moral em que o medo — nascido de uma visão hiperbólica do mal — suprime a ação responsável e impede a resistência efetiva ao que é errado ou prejudicial, porque a visão de um mal “todo-poderoso” cria uma expectativa de impotência antes mesmo de qualquer confronto real.

O PT soube criar uma imagem de partido onipotente e invencível no campo político, ocultando seus crimes e mantendo o verniz democrático de suas



ações com a cumplicidade da mídia, quase parecendo a encarnação do mal para uns, e o único partido comprometido com o bem comum para outros. Mas, diante das mudanças tectônicas na política latino-americana, Lula demonstra ser apenas um criminoso desorientado e inocente, o suficiente para apelar ao direito internacional e, ademais, princípios da ordem mundial baseada em regras.

Assiste-se ao guerreiro que combateu o imperialismo ianque durante toda a carreira apelar justamente para os princípios e regras que fundamentam o imperialismo americano. O negociador de excelência e estrategista “painho” não compreende que a ordem baseada em regras colapsou e que se adentra uma nova ordem internacional. As regras do multilateralismo não são mais respeitadas; as cadeias que integram a economia mundial demandam uma reformulação, e o interesse de Estado voltou a ser discutido.

Os EUA, compreendendo essa reformulação geopolítica, não vão projetar seu poder para além da América Latina — não sem recuperar a influência e expulsar a China. Os EUA voltaram os olhos para a América Latina e, por isso, o grande fator de instabilidade para a região sofreu uma intervenção militar.

O Brasil, como principal liderança da América Latina, poderia ter negociado a renúncia de Maduro diante do escândalo das eleições passadas, mas o Lula, esse grande estrategista, não previu que tal intervenção fosse possível e tentou de toda forma manter o aliado no poder.

É provável que Maduro delate seus comparsas do Foro de SP, e essa intervenção acabará afetando Lula e as relações entre Brasil e EUA. Mas, desde agora, já se vê o mito político de Lula sendo desconstruído e o poder aparentemente absoluto do PT sendo comprovadamente limitado. O mal não vencerá dessa vez. ■



A Zona Cinzenta Que Precede o Narcoestado

O colapso do controle territorial interno deixou de ser apenas um problema doméstico. Mas isso não significa que todo país que convive com fragmentação passe automaticamente a ser tratado como ameaça externa. A leitura internacional é seletiva e condicional. Estados não são enquadrados pelo simples fato de tolerarem desordem territorial, mas pela forma como essa desordem cruza interesses estratégicos de fora.

É aí que surge a zona intermediária. Países como o Brasil operam com territórios fragmentados, presença de facções armadas e controle estatal incompleto sem que isso acione sanções, isolamento ou reclassificação como jurisdição de risco. O sistema internacional convive com essa ambiguidade enquanto ela for administrável, localizada e separada

de funções estratégicas sensíveis.

A nova diretriz americana contra o narcotráfico e o crime organizado não muda essa lógica. Ela não cria uma régua universal de punição. O que faz é tornar mais claros os critérios que transformam fragmentação tolerada em risco estratégico. O que importa não é o crime existir, mas o que ele faz: se controla território de forma estável, se entra em rotas internacionais relevantes, se passa a operar junto com o próprio Estado.

Enquanto esses elementos não convergem, o país fica fora do alvo. Isso explica por que o Brasil, apesar de fragilidades evidentes, não é enquadrado como narcoestado nem tratado como ameaça regional. A fragmentação existe, mas ainda não virou proble-



ma geopolítico. É lida como desordem interna, não como ameaça exportada.

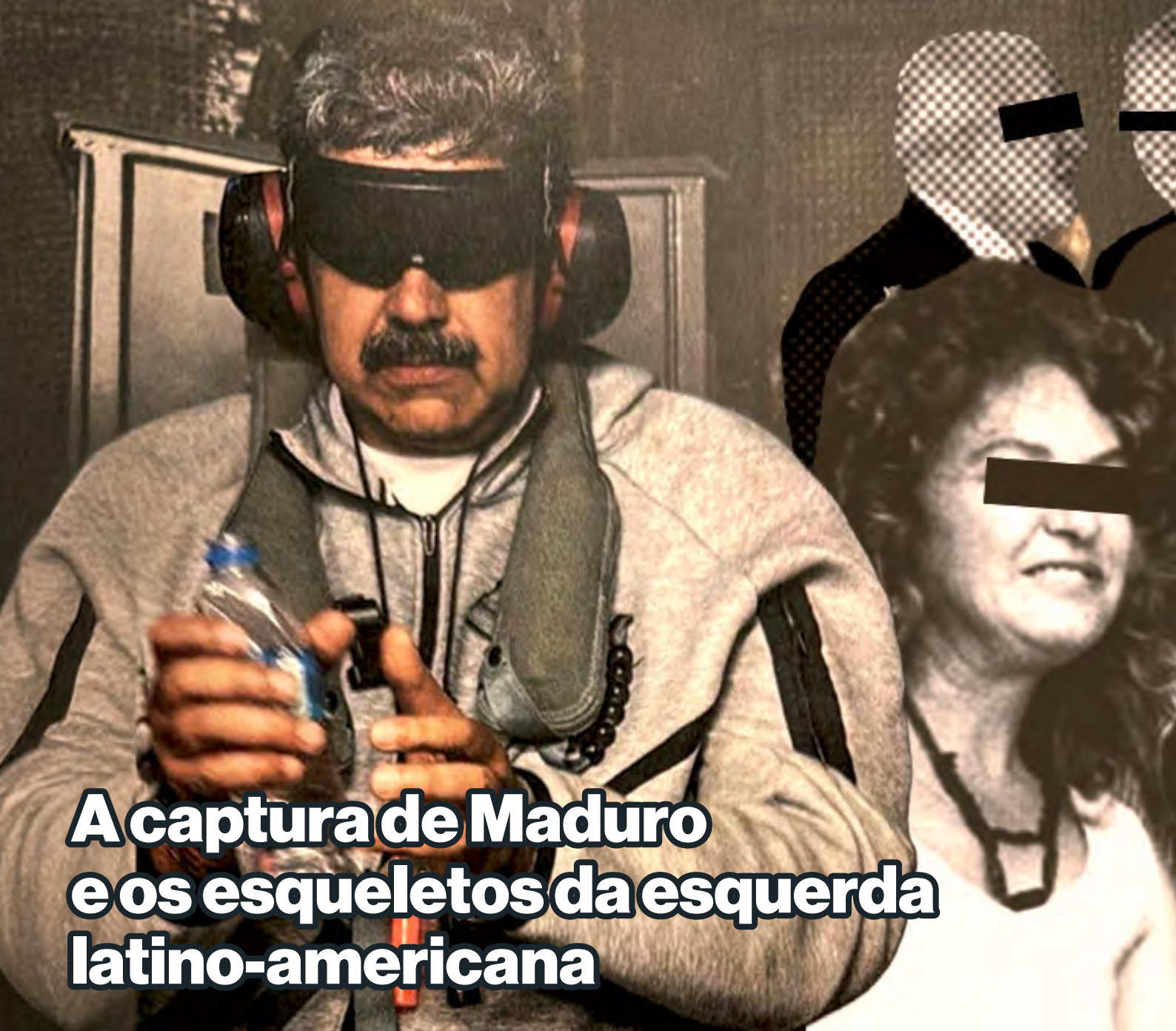
O caso Maduro ajuda a identificar essa linha de corte. A prisão recente não decorre da simples presença do narcotráfico, algo comum na região. Decorre da percepção de que o crime deixou de ser tolerado e passou a se confundir com a própria estrutura de poder, com impacto direto sobre rotas, fronteiras e fluxos que interessam aos Estados Unidos. Quando isso acontece, o enquadramento muda.

A zona intermediária, porém, não é confortável nem permanente. Não gera penalidade automática, mas acumula risco. A autonomia formal segue intacta, mas a margem de manobra se estreita à medida que

a fragmentação se prolonga, se expande ou encosta em interesses externos.

O erro está em tratar essa ambiguidade como neutra. Ela pode não punir de imediato, mas condiciona o futuro. A leitura externa não se traduz em ação direta, mas em atenção permanente. Quando a fronteira entre tolerância e simbiose começa a borrar, o enquadramento muda rápido.

É nesse sentido que o controle territorial interno virou indicador geopolítico. Não como sentença, mas como sinal. Estados que toleram soberania fragmentada podem seguir operando por bastante tempo. O risco real surge quando deixam de controlar não só o território, mas o momento em que essa tolerância deixa de ser aceita. ■



A captura de Maduro e os esqueletos da esquerda latino-americana

O desespero da esquerda – com Lula convocando reuniões de emergência no Itamaraty e militantes gritando "golpe imperialista" – diante da captura de Nicolás Maduro por forças americanas sob comando de Donald Trump é compreensível: o ditador chavista, agora algemado, expõe décadas de conchavos que o PT e aliados tentaram enterrar. Em 2026, ano eleitoral no Brasil, isso é uma potencial dinamite política. Eles contavam com a "espiral do silêncio" para calar verdades incômodas, mas a história, com seus esqueletos no armário, fala mais alto.

O principal esqueleto é o Foro de São Paulo, fundado em 1990 por Lula e Fidel Castro em São Paulo. Criado para coordenar a extrema-esquerda após o fim da Guerra Fria, reunia partidos como PT, PSUV (de Chávez e Maduro), FARC e Sendero Luminoso. O objetivo: apoiar Cuba finan-

ceiramente e exportar o "socialismo do século XXI". Lula presidiu várias edições; Chávez e Maduro usaram petrodólares venezuelanos para financiar campanhas aliadas. Quando escândalos de financiamento ilícito e apoio a narcoguerrilhas tornaram o Foro tóxico, ele foi rebatizado em 2019 como Grupo de Puebla, em reunião discreta no México – dias antes de um encontro do Foro em Caracas. Não foi mero rebranding: tratava-se de maquiagem para uma "coordenação política sem partidos", com líderes como Lula, Alberto Fernández (Argentina) e Gabriel Boric (Chile). O DNA, porém, permaneceu o mesmo: desestabilizar governos de centro-direita (como nos protestos no Chile de 2019) e perpetuar regimes autoritários.

Outra ossada exposta: o caixa 2 nas campanhas chavistas. Em 2012, para a reeleição de Hugo Chávez (já doente), Maduro – então chanceler – entregou pessoalmente



te malas de dinheiro vivo aos marqueteiros brasileiros João Santana e Mônica Moura, também responsáveis pelas campanhas de Lula em 2006 e Dilma em 2010. Foram US\$ 10 milhões confirmados em delação, pagos semanalmente na chancelaria ou no Palácio Miraflores, sem contratos. Lula recomendou o casal e José Dirceu providenciava os jatinhos para o deslocamento.

Lula foi garoto propaganda histórico do chavismo. Em abril de 2013, gravou vídeo de apoio explícito: "Maduro Presidente é a Venezuela que Chávez sonhou", expondo sua "afinidade" com o ditador e a "transferência de renda petroleira" que tornaria o país "mais justo" – apesar das fraudes eleitorais evidentes. A ligação nunca se rompeu: em 2023, Lula recebeu Maduro no Planalto com tapete vermelho e honras de chefe de Estado, mesmo com o ditador na lista da Interpol por

crimes contra a humanidade.

Também incomoda à esquerda as cenas das repressões brutais promovidas pelo tirano Maduro, com tanques russos e blindados esmagando protestos em Caracas, matando centenas de pessoas – cenas que foram transmitidas ao mundo.

A verdade que a esquerda esconde: sob o chavismo, a Venezuela atingiu hiperinflação de mais de 1 milhão por cento em 2018, com 8 milhões de refugiados, fome e miséria generalizada. A gritaria sobre "intervencionismo yankee" é cortina de fumaça para encobrir décadas de fracasso socialista. A captura do ditador esquerdista é um alívio para o povo sofrido da Venezuela e um pesadelo para a esquerda latino-americana. Quanto mais gritam, mais os esqueletos dançam. ■



O mito político das veias abertas da América Latina

A esquerda latino-americana transformou a academia em um oráculo! Destruíu seu papel científico e de formação humana para fazer dela uma profusão de narrativas mitológicas.

Quando acadêmicos de sociologia, economia e filosofia — ou militantes e políticos de um partido socialista — olham para a academia, não veem um centro de formação humana, mas um oráculo que confirma ou revisa as narrativas de sua mitologia política.

Nesse sentido, o marxismo não é apenas um conjunto de teses sobre economia, luta de classes ou organização do Estado, mas um modo vicioso de formar consciências, critérios morais e padrões de linguagem. Trata-se de uma cultura porque abarca um horizonte total de interpretação da realidade, no qual categorias como opressor/oprimido, progresso/reação, consciência falsa, estrutura/superestrutura passam a funcionar como reflexos automáticos

do pensamento, moldando percepções antes mesmo de qualquer adesão consciente à doutrina.

Chamar o marxismo de cultura significa que ele funciona como uma religião secularizada: assim como as religiões civis da Antiguidade, oferece uma narrativa total da história, define heróis e inimigos e estabelece pecados. A política deixa de ser um campo prudencial de decisões concretas e se transforma em escatologia histórica; torna-se o campo onde se desoculta o objeto da mitologia marxista.

A narrativa mitológica geral é a da luta de classes: o opressor burguês, detentor dos meios de produção, oprimindo o proletário. Mas, na América Latina, existe uma especificação desse mito, uma dessas renovações que os oráculos acadêmicos promovem de tempos em tempos.

Um exemplo é tese central de *As Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano: o subdesen-



volvimento latino-americano não seria uma etapa atrasada do desenvolvimento, mas o resultado histórico direto de um sistema internacional de exploração que, desde a conquista europeia, organizou a região para exportar riqueza e importar pobreza. Em outras palavras, a América Latina não fracassou no processo de integração ao mundo moderno; ela foi integrada de forma funcional à prosperidade alheia.

Sob a ótica deste mito, todas as invasões militares, intervenções e conflitos com o primeiro mundo visam ao lucro ou à manutenção desse sistema de dominação. A cada intervenção do imperialismo americano, a cada milímetro que a OTAN avança para leste, a esquerda latino-americana vê o interesse econômico de burgueses contra Estados nacionais inteiros que se tornaram oprimidos.

A tese tem seu fundo de verdade: a América Latina foi forçada a primarizar sua economia e não teve o acesso à tecnologia facilitado pelo primeiro mundo;

mas essa perspectiva oculta o fracasso total da esquerda em elaborar projetos nacionais para desenvolver a economia e encobre, sob o véu do lucro puro e simples, o projeto de governo burocrático mundial.

A civilidade depende de fatores econômicos, mas não vive apenas deles, e a cultura marxista que se instaurou no terceiro mundo tem sua parcela de responsabilidade na ausência de projetos nacionais de desenvolvimento. Mas esta visão reducionista impede, principalmente, que se visualize o desenvolvimento da agenda de governo mundial, que inclui também a centralização do poder decisório e a capacidade de planejar a economia mundial.

No fim das contas, a mitologia marxista é uma venda, e não uma ferramenta de análise. Uma venda que oculta o desenvolvimento da agenda de governo mundial. São os guerreiros da justiça social ocultando as ações dos megabilionários do primeiro mundo. ■



A hipocrisia seletiva da interferência estrangeira

Uma manchete patética no UOL com uma pitada de entrevista de Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil nos EUA durante o governo FHC, revela a face da hipocrisia e o pavor da imprensa tupiniquim: “Vou ficar surpreso se Trump não interferir”, disse o diplomata de poltrona. A frase sugere que uma eventual influência americana seria uma novidade chocante e perigosa para a soberania nacional. Mas o timing é revelador: onde estava essa indignação quando o governo Biden e suas agências despejavam recursos e influência política no Brasil, especialmente durante as eleições de 2022?

Documentos e depoimentos apontam para uma rede sofisticada de intervenção que operou sob o manto da “defesa da democracia”. Mike Benz, ex-diretor do Cyber Statecraft Initiative no think tank Atlantic Council e ex-funcionário do Departamento

de Estado americano, escancarou isso em audiência na Câmara dos Deputados em agosto de 2025. Ele detalhou como a USAID – agência de desenvolvimento dos EUA – multiplicou por três sua verba para o Brasil em 2022, financiando ONGs, “fact-checkers” e centros de “combate à desinformação” com foco em modular o debate eleitoral. Uma estrutura alinhada para favorecer um lado, com parcerias locais que treinavam ativistas, monitoravam narrativas e pressionavam plataformas digitais. O tema, sempre que surgia, era tratado como uma ajuda à preservação da democracia.

Benz citou fluxos de milhões de dólares via USAID, National Endowment for Democracy (NED) e Open Society Foundations, que apoiaram projetos de “monitoramento de riscos eleitorais” – na prática, censura seletiva contra conservadores e opositores a Lula. Tudo isso en-



quanto o TSE e o STF recebiam elogios de embaixadores americanos por “fortalecer instituições democráticas”.

Mas o que aconteceu com essas denúncias? Uma espiral do silêncio clássica. A grande imprensa – UOL inclusive – tratou o depoimento de Benz como nota de rodapé, “polêmica de extrema-direita” ou curiosidade exótica. Nenhuma manchete alarmada, nenhum especial investigativo, nenhum convite para Rubens Barbosa comentar o risco à soberania. Por quê? Porque a interferência vinha do lado “certo”: Biden, deep state, globalismo progressista. Era uma “parceria”, não uma ameaça.

Chegamos a 2026. Trump voltou ao poder, e uma frase especulativa do ex-embaixador basta para disparar os alarmes. Não há documentos, depoimentos ou CPIs envolvidas, só projeção. É o oposto do que aconteceu em 2022. O que é comprovado vira lenda urbana; o que

é hipotético, fato consumado.

Essa assimetria serve como vacina narrativa para o establishment brasileiro. Se perderem as eleições presidenciais em 2026, o álibi está pronto: “culpa de Trump”, “ingerência externa”. Qualquer resultado desfavorável ao roteiro oficial será “golpe importado”. o velho medo de perder o controle. Quando a interferência ajudou, chamaram de cooperação. Quando ameaça o projeto, mesmo que no campo da suposição, vira crise de soberania.

No fim, é o velho medo de perder o controle. Quando a interferência ajuda, chamam de cooperação. Quando ameaça o projeto, mesmo que no campo da suposição, vira crise de soberania. O pânico da esquerda e seus puxadinhos midiáticos, depois de tantas mentiras e narrativas fabricadas, é com a interferência do eleitor. ■



O crepúsculo dos ídolos técnicos

É preciso um estômago forte para aguentar as notícias que surgem diariamente de Brasília sem passar mal. O Brasil, famoso por tantas jabuticabas jurídicas, está assistindo a um fenômeno que desafia a própria lógica: um único homem, Daniel Vorcaro, está conseguindo a proeza de transformar o STF, o TCU, o Banco Central e até o Palácio do Planalto em escritórios de despachante das suas vontades. Isso escancara como o sistema financeiro, que adora posar de "técnico" e "racional", virou na verdade uma máquina de desestabilizar o país.

Só existem duas explicações para isso. A primeira é achar que o Vorcaro é um super-herói com poderes mágicos para dobrar a República. A segunda, e única verdadeira, é que as nossas instituições, que enchem a boca para fazer discursos bonitos sobre "democracia" e "fortaleza institucional", estão na verdade podres por dentro por conta do dinheiro sujo que circula nos

bastidores. Vejam a gravidade da situação: quando um banco cheio de problemas, cercado por fraudes de bilhões, virá o motivo de uma briga de foice entre ministros e órgãos do governo, o que morreu não foi só o banco. Foi a própria República, que tornou-se um balcão de negócios à plena luz do dia.

Por décadas, tentaram nos empurrar o mito de que o tal 'Mercado' é técnico e isento, como se fosse um semideus que, lá do alto das suas planilhas, decide o que é bom para nós. A crise do Banco Master é a prova final de que isso é pura ilusão, e que a tal 'visão técnica' nunca passou de uma fachada bonita para esconder a velha negociata, cada vez mais descarada, entre a Faria Lima e Brasília. Se o destino de uma nação inteira pode ser sequestrado pelos rolos de um financista e seu exército de engravatados, então essa 'técnica' é só propaganda a serviço de quem acorda e vai dormir



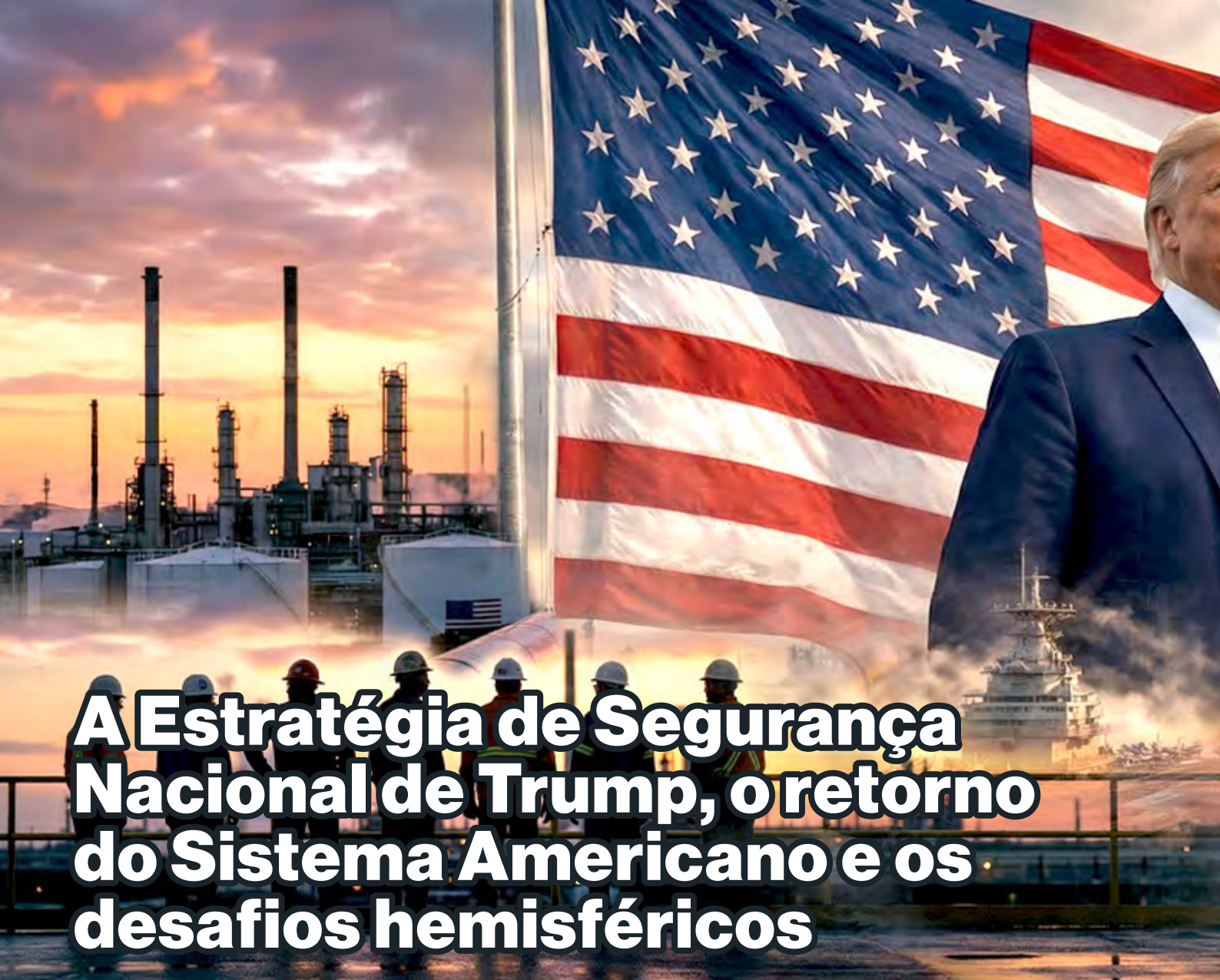
sem pensar no povo brasileiro nem por um segundo.

Tudo isso escancara uma verdade doída, mas necessária: confiar no 'Mercado' para dizer para onde o Brasil deve ir sempre foi, com o perdão da expressão, uma tremenda burrice. O mercado financeiro não tem pátria, não tem bandeira e, como ficou claro agora, não tem vergonha na cara. Eles exigem que o povo aperte o cinto e aceite cortes e aumento de impostos, mas, na hora de tapar o rombo dos próprios negócios com o nosso dinheiro, a "austeridade" desaparece. O lucro é sempre deles, e o prejuízo é sempre nosso.

Se essa bagunça está instaurada nas instituições por causa de um único sujeito, é porque o Estado renunciou à sua soberania para um bando de agiotas com diplomas. O único jeito de sair dessa ignomínia é ter a coragem de olhar para o Brasil de frente e assumir um nacionalismo

real e corajoso, sem loucuras fiscais ou ideias malucas, mas moderno e, especialmente, nacional. É a única maneira de se levantar instituições fortes o suficiente para evitar que se venda o país aos poucos - ou o Estado brasileiro toma as rédeas da soberania monetária e financeira e tira esse poder da mão de quem vê o país apenas como uma carteira de investimentos particular, ou vamos continuar a ter o nosso futuro devorado por eles.

O Brasil é grande demais para caber em balancetes fraudulentos, e isto vale dobrado para quem ainda cai no conto da 'mão invisível' que resolve tudo. No caso do Vorcaro, a mão está bem visível, e ela está apertando o pescoço da moralidade pública. Ou a Nação impõe respeito, ou vamos continuar a ser o quintal de banqueiros que brincam de Deus com o nosso futuro. E Deus costuma cobrar caro, e com juros, de quem brinca de realizar falsos milagres. ■



A Estratégia de Segurança Nacional de Trump, o retorno do Sistema Americano e os desafios hemisféricos

Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

A nova Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos EUA representa uma ruptura em várias frentes com as edições anteriores do documento doutrinário, refletindo a intenção do “núcleo duro” dos apoiadores do presidente Donald Trump, de reposicionar o país no cenário global, recuperando diretrizes que o converteram na maior potência econômica do mundo, em especial, o chamado Sistema Americano de Economia Política, e afastando-o da agenda “globalista” favorecida pelos seus antecessores.

O documento enfoca diretamente uma rejeição do “globalismo” e seus pilares institucionais – livre comércio, ambientalismo, transição energética baseada na descarbonização da economia e identitarismo –, aos quais atribui o enfraquecimento da classe média e da base industrial estadunidenses.

Nesse reposicionamento, a economia merece destaque, com um conceito de segurança econômica baseado em: 1) reindustrialização; 2) comércio equilibrado; 3) acesso seguro a cadeias de suprimentos e materiais críticos; 4) dominância energética (com a rejeição das “desastrosas políticas de ‘carbono zero’ e de mudanças climáticas”, além da promoção dos combustíveis fósseis e da energia nuclear); 5) fortalecimento da base industrial de defesa; 6) preservação da dominância no setor financeiro (atenção, é “no” e não “do”).

Diz o texto:

“Queremos a base industrial mais robusta do mundo. O poder nacional americano depende de um setor industrial forte, capaz de atender às demandas de produção tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra. Isso exige não apenas capa-



cidade de produção industrial direta para a defesa, mas também capacidade de produção relacionada à defesa. Cultivar a força industrial americana deve se tornar a maior prioridade da política econômica nacional. Queremos o setor energético mais robusto, produtivo e inovador do mundo – um setor capaz não apenas de impulsionar o crescimento econômico americano, mas também de ser uma das principais indústrias de exportação dos Estados Unidos.”

De particular relevância é a menção explícita ao secretário do Tesouro Alexander Hamilton, pai intelectual do Sistema Americano, que se baseia historicamente em protecionismo de indústrias nascentes/estratégicas, grandes investimentos públicos em infraestrutura e crédito orientado para atividades produtivas.

Em essência, o governo Trump está empenhado em reverter a desindustrialização dos Estados Unidos. Um impulso encarnado em um grupo de empresários e investidores reunidos em torno do vice-presidente J.D.

Vance e liderados por Chris Buskirk, um empresário do Arizona oriundo do setor de seguros (principalmente, para pequenas e médias empresas) e fundador da chamada Rockbridge Network. A rede desempenhou um papel crucial na mobilização de eleitores em favor de Trump, principalmente nos “estados oscilantes” (swing states), que não mostram inclinações preferenciais por Democratas ou Republicanos.

O grupo, que pretende cacifar Vance para a sucessão de Trump, ambiciona recolocar e consolidar uma “aristocracia produtiva” no comando do país. Nas palavras de Buskirk: “Ou você tem uma elite extrativa – uma oligarquia – ou você tem uma elite produtiva – uma aristocracia – em cada sociedade.”

Um bom nome para esse impulso, refletido na ESN, poderia ser “nacional-industrialismo estratégico”.

A União Europeia é citada como padecendo de declínio econômico e civilizatório:

“(…) Esse declínio econômico é ofuscado pela perspectiva real e mais sombria do apagamento civilizatório. Os maiores problemas que a Europa enfrenta incluem as atividades da União Europeia e de outros organismos transnacionais que minam a liberdade política e a soberania, as políticas migratórias que estão transformando o continente e criando conflitos, a censura à liberdade de expressão e a supressão da oposição política, a queda vertiginosa das taxas de natalidade e a perda de identidades nacionais e autoconfiança. Caso as tendências atuais persistam, o continente estará irreconhecível em 20 anos ou menos. Assim, está longe de ser óbvio se certos países europeus terão economias e forças armadas suficientemente fortes para permanecerem aliados confiáveis. Muitas dessas nações estão atualmente intensificando esforços em seu caminho atual. Queremos que a Europa permaneça europeia, que recupere sua autoconfiança civilizacional e que abandone o seu foco fracassado na sufocação regulatória.”

Mesmo sem uma citação nominal, trata-se de um ataque aos valores iluministas encarnados na “eurocracia” de Bruxelas.

Mas o documento é igualmente implacável com as elites domésticas: “(…) Elas amarraram a política americana a uma rede de instituições internacionais, algumas delas movidas por um antiamericanismo aberto e muitas por um transnacionalismo que busca explicitamente dissolver a soberania estatal individual. Em suma, nossas elites não apenas perseguiram um objetivo fundamentalmente indesejável e impossível, mas, ao fazê-lo, debilitaram os próprios meios necessários para atingir aquele objetivo: o caráter da nossa nação, sobre o qual foi construído o seu poder, riqueza e decência.”

Um elemento-chave é a primazia das nações: “A unidade política fundamen-

tal do mundo é e permanecerá sendo o Estado nacional. O mundo funciona melhor quando as nações priorizam os seus interesses. Os EUA colocarão os nossos próprios interesses em primeiro lugar e, em nossas relações com outras nações, as incentivam a também priorizar os seus próprios interesses. Nós apoiamos os direitos soberanos das nações contra as incursões solapadoras das soberanias das mais intrusivas organizações transnacionais, além da reforma dessas instituições, de modo que possam apoiar, em vez de obstaculizar a soberania individual, e promover os interesses dos EUA.”

Da mesma forma, redefine o anterior rótulo de “potências revisionistas” aplicado à China e à Rússia. A primeira passa a ser uma competidora com a qual se pretende uma “relação econômica genuinamente mutuamente vantajosa”. Com a segunda, os EUA deverão trabalhar para restabelecer uma “estabilidade estratégica ao longo da massa continental eurasiática”.

O aspecto espiritual, cuja presença num manifesto estratégico pode parecer estranha a muitos, recebeu uma consideração: “(…) Nós queremos a restauração e revigoração da saúde espiritual e cultural americana, sem a qual a segurança a longo prazo é impossível.”

A citação não é retórica gratuita. Apesar de Trump não ser notório por pendores religiosos, ele tem se empenhado em apoiar os valores culturais associados à tradição cristão ocidental dos EUA, debilitados por décadas de políticas e influências identitárias. Em 12 de outubro, renomeou exclusivamente o feriado como Dia de Colombo (que Biden havia nomeado de Dia dos Povos Indígenas), celebrando o navegador e os Reis Católicos espanhóis Fernando e Isabel. E já demonstrou várias vezes o seu apreço pela devoção a Santa Maria como um importante elemento cultural americano.

Para o Hemisfério Ocidental, a ESN apresenta um grande desafio, colocando com clareza toda a região como área de influência dos EUA, em evidente oposição à pe-

netração da China: “Nós negaremos no nosso hemisfério a competidores não-hemisféricos a capacidade de posicionar forças ou outras capacidades ameaçadoras, ou de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais. Este ‘Corolário Trump’ à Doutrina Monroe é uma restauração de senso comum e potente do poderio e das prioridades americanas. Nós alistaremos amigos estabelecidos no hemisfério para controlar a emigração, interromper fluxos de drogas e reforçar a estabilidade e segurança na terra e no mar. Nós expandiremos cultivando e reforçando novos parceiros, enquanto reforçamos o apelo da nossa nação como o parceiro econômico e de segurança de escolha do hemisfério.”

De fato, a ESN sepulta a ordem hemisférica posterior à Guerra das Malvinas (1982), quando os EUA de Ronald Reagan anularam o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em favor do Reino Unido de Margaret Thatcher no confronto com a Argentina. Ordem transmitida ao hemisfério pelo famigerado Diálogo Interamericano, promotor das políticas de debilitação dos Estados nacionais soberanos ibero-americanos, implementadas por numerosos membros que assumiram cargos de liderança em seus países (entre eles, os nossos conhecidos Fernando Henrique Cardoso,

Luiz Inácio Lula da Silva e Marina Silva).

Sobre o “Corolário Trump”, o dilema reside em se será mais parecido com a Doutrina Monroe antiimperialista original, o imperialista “Corolário Roosevelt” (de Theodore Roosevelt, 1901-1909) ou a Política de Boa Vizinhaça de Franklin Roosevelt (1933-1945).

Para o Brasil, em particular, a política de Franklin Roosevelt e o exemplo do New Deal tiveram uma influência positiva para o impulso modernizador empreendido por Getúlio Vargas, que estabeleceu importantes acordos de cooperação com os EUA, com destaque para o apoio financeiro e tecnológico para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, base da industrialização do País.

Uma zona de sombras recai sobre a maneira como os países hemisféricos abordarão o desafio de propor aos EUA o estabelecimento de uma ordem de cooperação para o desenvolvimento com vantagens compartilhadas. Para tanto, é um pré-requisito que enfrentem a contento as suas contradições internas, que tanto têm dificultado o seu próprio desenvolvimento e, não menos, o estabelecimento de relações não maniqueístas de submissão ou antagonismo aos EUA. ■





O velório tardio do direito internacional

A captura de Maduro gerou inúmeras reações mundo afora, desde previsões apocalípticas de uma terceira guerra mundial até acusações de violação do direito internacional e de um primeiro passo em direção à incivilidade e à barbárie internacional.

Mas em que momento da história recente o direito internacional e as convenções multilaterais foram uma barreira contra o uso da força bélica ou de fato úteis para impedir a intervenção estrangeira? Quando o direito internacional foi uma ferramenta de auxílio para a autodeterminação das nações, e não uma camisa de força regulatória imposta pelos fortes contra os fracos?

No dia 19 de junho de 2011, o então presidente Barack Obama ordenou bombardeios à Líbia para derrubar o regime de Muamar Kadafi. A ação ocorreu sem aval do Congresso em Washington e por meio de uma distorção da Resolução

1973 das Nações Unidas. O ditador líbio acabaria deposto e morto dias depois por milícias armadas pelos EUA.

Ao longo de seu mandato, o democrata bombardeou, além do território líbio, a Síria, o Paquistão, o Iêmen, a Somália, o Afeganistão e o Iraque. Apesar da fala mansa, da embalagem de justiceiro social e de defensor da paz, Obama ignorou solenemente esses institutos consolidados e acordados pelo tão evoluído e civilizado multilateralismo. Isso sem mencionar as intervenções da “guerra ao terror” de Bush, ou mesmo a terceirização quase completa do serviço de inteligência dos EUA.

Muito diferente do sistema de balança de poder do Concerto Europeu, a política multilateralista, burocrática e formalista do direito internacional, imposta após o Tratado de Versalhes, não teve outro efeito senão a uniformização das legislações econômicas e, consequentemente, a



imposição posterior do Consenso de Washington.

O direito internacional reorganizado no pós-Versalhes, após a destruição do Concerto Europeu ao fim da Primeira Guerra Mundial, não “aboluiu” a guerra, nem sequer criou impeditivos para o uso de meios bélicos — a Segunda Guerra Mundial veio décadas depois, após o Tratado de Versalhes e a criação da Liga das Nações. Pelo contrário: transformou-a em condição permanente ao substituir a ideia de conflito limitado entre Estados por uma moralização do inimigo e uma lógica de punição contínua, na qual a violência legítima passa a ser apresentada como “polícia” contra o culpado.

Basicamente, a fundação da Liga das Nações e o gérmen do multilateralismo não trouxeram a paz, mas apagaram os limites formais que reduziam os danos em guerras e tornavam claros os acordos de paz. Numa tentativa de neutralizar

a política do Concerto Europeu, os fundadores da Liga das Nações criaram dispositivos de ataque coletivo, sujeitando o uso da força da aliança da Liga a um conselho.

Nesse processo de neutralização, o conceito de país beligerante e de país pacífico foi apagado, assim como o de zona de conflito e o de espaço neutro. O resultado foi uma nova guerra mundial décadas depois e, após esta guerra, um mundo que vive sob estado de exceção e sob um paradigma de conflito constante.

Diante da ação limpa da equipe de Trump, que capturou com vida o narcoterrorista Nicolás Maduro, pode-se considerar que o direito internacional foi desrespeitado justamente nesse caso? Não estão atrasadas as trombetas escatológicas dos analistas que nos veem a caminho da barbárie e da guerra? Ou não está atrasado o rito fúnebre do direito internacional? ■



O Episódio Powell, a Reação Coordenada dos Bancos Centrais e o Medo do Debate Monetário

A carta assinada por banqueiros centrais em defesa de Jerome Powell não gira em torno de um indivíduo nem de um episódio isolado. Powell funciona como ponto de convergência. A reação coletiva expõe a preocupação com a preservação de um modelo de poder que sempre operou melhor longe do conflito político aberto, protegido por linguagem técnica e baixa responsabilização democrática.

Powell é circunstancial. A carta responde a qualquer tentativa de romper o pacto silencioso que sustenta a política monetária global. Um arranjo no qual bancos centrais proclamam independência em relação à política eleitoral, mas atuam de forma coordenada entre si, compartilhando diagnósticos, narrativas e, quando necessário, proteção pública. Essa coordenação raramente é assumida de forma explícita, mas se manifesta quando o consenso é pressionado ou quando o controle da narrativa começa a escapar.

Não é casual que o documento reúna dirigentes do BCE, do Banco da Inglaterra, do Banco do Canadá e do círculo que gravita em torno do Banco de Compensações Internacionais. O BIS não opera apenas como fórum técnico. Funciona como espaço de alinhamento informal, onde consensos são consolidados antes de chegarem ao debate público. É ali que se constrói a leitura comum sobre riscos, ciclos e respostas aceitáveis. Quando essa leitura é questionada de fora, a reação deixa o terreno técnico e assume forma política, ainda que travestida de defesa institucional.

O problema não é a investigação em si. É o precedente. A possibilidade de decisões monetárias, seus custos sociais e seus efeitos distributivos serem discutidos fora do círculo autorizado já é suficiente para acionar o sistema de defesa. Durante anos, juros elevados, recessões prolongadas e destruição de investimento foram tratados como fatalidades técnicas, como se não houvesse esco-



lha, nem vencedores claros ao longo do processo.

A assimetria sempre foi evidente. Os custos recaem sobre crédito, emprego e produção, enquanto os formuladores da política permanecem protegidos por mandatos longos e por uma linguagem que dilui responsabilidade. Quando alguém tenta discutir consequências, ganhadores ou responsabilidade política, o vocabulário muda. O debate deixa de ser legítimo e passa a ser enquadrado como ameaça à estabilidade.

“Estado de Direito”, “interesse público” e “integridade” aparecem menos como conceitos jurídicos rigorosos e mais como dispositivos retóricos. Servem para delimitar quem pode falar e quem deve ser tratado como risco sistêmico. A linguagem funciona como escudo e como filtro.

Há uma ironia evidente. Decisões com impacto direto sobre emprego, crédito e produção foram apresentadas

como técnicas demais para o debate político. Diante de questionamento externo, a mesma tecnocracia recorre a um gesto claramente político: um manifesto coletivo, público e coordenado.

A neutralidade desaparece quando deixa de ser útil.

Powell é secundário. Trump também. A reação mira a preservação de um arranjo que funciona enquanto permanece protegido do confronto direto. Forte o suficiente para impor custos à economia real, técnico o bastante para escapar do debate público. A carta não demonstra autoridade. Revela desconforto.

Quando bancos centrais passam a defender sua autoridade por meio de manifestos, algo já mudou. As decisões deixaram de falar sozinhas. O debate monetário entrou no campo político, e ali a linguagem técnica deixa de ser escudo. ■



Mais um recado: o bolsonarismo não quer um tecnocrata

Um episódio nas redes sociais expôs uma tensão latente na direita brasileira. Ou melhor, em uma parte que se diz à direita.

Um vídeo crítico ao PT, postado pelo governador de São Paulo, recebeu um comentário de sua esposa: “Nosso país precisa de um novo CEO, meu marido!”. A curtida pública do governador transformou o que poderia ser um gesto familiar em um sinal político imediato.

Foi mais um teste coordenado, com aparência de engajamento orgânico, mas guiado pelo mesmo componente de sempre: o cálculo político. Em poucas horas, pesquisas foram amplificadas, narrativas circularam e o debate se inflamou. Os argumentos que surgiram foram quase infantis: “A rejeição ao nome de Flávio é alta”. Ora, e a rejeição ao principal adversário, que é ainda maior? O pré-candidato lançado há apenas dois

meses já aparece nas pesquisas colado no candidato petista. Se o objetivo fosse fortalecer um projeto de direita, o foco estaria na consolidação desse nome, não em desqualificá-lo.

Nesse caso, o problema vai muito além de nomes. A ideia de “CEO para o Brasil” carrega uma visão antiga e limitada: o país como empresa deficitária, o povo como quadro funcional, as decisões reduzidas a indicadores de desempenho, cortes de custo e eficiência técnica. Basta trocar o gestor, ajustar a planilha e tudo “vai funcionar”. É a ilusão tecnocrática de que a política pode ser substituída por administração fria, acima dos conflitos reais, tutelando permanentemente uma sociedade que não sabe se governar sozinha. Mas parte significativa dela sabe exatamente o que não quer. O bolsonarismo surgiu também como reação a essa visão, contra a pretensão de que a nação é uma corporação mal gerida e que um executi-



vo pode consertá-la sem envolver e respeitar o povo em seus valores, soberania e identidade. O Brasil não pode ser reduzido a uma planilha. Os conflitos não se resolvem com pitch de investidor: esse já é o Brasil que não funciona, que teve apenas um intervalo de 4 anos com Jair Bolsonaro. O sistema se reorganizou e o resto da história todos conhecem.

O movimento de 2018 foi popular e visceral. Nesse contexto, o cálculo político fica evidente. O apoio ao nome escolhido pelo líder permanece tímido, a defesa do ex-presidente tem espasmos pontuais — pedidos isolados de anistia, notas esporádicas afirmando que “está ajudando” —, mas sem continuidade contra a perseguição que se arrasta.

A planilha de quem ainda espalha por aí que a candidatura presidencial cairá no colo, não tem uma coluna fundamental: gratidão e memória. Sem o movimento

que projetou o governador do anonimato para comandar o estado mais importante do país, ele permaneceria em cargos secundários, servindo a governos, inclusive, de espectros opostos. Após o episódio do “CEO”, Tarcísio teve mais um choque de realidade, a reação da base bolsonarista foi forte.

Não adianta jogar para diluir um movimento legítimo. A direita venceu em 2018 por ser autêntica e conectada ao povo, logo não aceita o establishment que sempre a desprezou. O bolsonarismo segue mais vivo do que nunca.

O governador teve mais uma prova da força do movimento. Assim como em todas as vezes que enviou sinais trocados, Tarcísio se viu obrigado a afirmar, mais uma vez timidamente, que o seu nome para 2026 é Flávio. Será que essa consciência veio para ficar? ■



Trump vence mais um round contra o “globalismo”

Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

O empenho do presidente Donald Trump em sua oposição permanente ao “globalismo” está por trás da Ordem Executiva 14.199, que determinou a retirada do país de 66 organizações internacionais vinculadas àquela estrutura de governança global, inclusive muitas ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Várias delas integram a estrutura das agendas ambientalista e identitária, que têm na ONU a sua principal caixa de ressonância.

O título da ordem executiva especifica: “Retirando os Estados Unidos de Organizações Internacionais, Convenções e Tratados que são Contrários aos Interesses dos Estados Unidos.”

Entre as entidades atingidas pela medida, destacam-se o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e a Convenção-Quadro das Na-

ções Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC), duas peças-chave da agenda da “descarbonização” da economia mundial, além da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), uma das ONGs que integram o “Estado-Maior” do ambientalismo internacional.

Desde a década de 1990, o IPCC tem sido um dos principais articuladores de uma cobertura “científica” para a falaciosa tese das mudanças climáticas induzidas pelas atividades humanas. A UNFCCC se encarrega de mobilizar o esforço diplomático para os necessários acordos internacionais de restrição do uso de combustíveis fósseis, discutidos nas Conferências das Partes (COPs), realizadas anualmente desde 1996.

A Ordem Executiva representa um duro golpe para



o financiamento de tais entidades, das quais os EUA costumam despontar entre os principais financiadores. No caso do IPCC, na década passada, as contribuições dos EUA chegaram a atingir 40-45% do orçamento do órgão.

A Agência Internacional de Energia (AIE) foi poupada da razia, mas uma ameaça semelhante do governo Trump fez com que a agência, antes uma das principais propagandistas da “descarbonização”, reorientasse os seus estudos em relação ao setor energético sobre bases mais realistas, enfocando a necessidade de novos investimentos no setor de hidrocarbonetos, para manter os níveis de produção atuais ao longo da próxima década.

Entre as entidades integrantes da lista, além das já citadas, destacam-se as seguintes:

- Pacto de Energia Livre de Carbono 24/7;
- Comissão para Cooperação Ambiental;
- Instituto Interamericano para Pesquisa de Mudanças Globais;
- Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Metais e Desenvolvimento Sustentável;
- Plataforma Intergovernamental Ciência-Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos;
- Fórum Internacional de Energia;
- Agência Internacional de Energia Renovável;
- Aliança Solar Internacional;

- Organização Internacional de Madeiras Tropicais;
- Rede de Política Energética Renovável para o Século 21;
- Secretariado do Programa Ambiental Regional do Pacífico;
- Programa Colaborativo das Nações Unidas sobre a Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento;
- Energia Nações Unidas;
- Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres;
- Nações Unidas Oceanos;
- Fundo de População das Nações Unidas;
- Nações Unidas Água;
- Universidade das Nações Unidas.

Em uma declaração, o secretário de Estado Marco Rubio justificou a medida:

“O governo Trump estabeleceu que essas instituições são redundantes em seu escopo, mal administradas, desnecessárias, perdulárias, precariamente dirigidas, capturadas pelos interesses de atores que promovem as suas próprias agendas, contrárias às nossas, ou uma ameaça à soberania, às liberdades e à prosperidade geral da nossa nação.”

Sem dúvida, o mesmo se aplica a todos os demais países que sustentam tais agendas, lamentavelmente, ainda dominados pelos promotores das mesmas. ■







Preocupado com uma invasão da Amazônia?

Por: Lorenzo Carrasco e Geraldo Luís Lino

O ataque dos EUA à Venezuela tem despertado um antigo temor de que a Amazônia poderia tornar-se alvo de ações militares diretas. Tal preocupação é antiga, mas em sua versão mais recente remonta ao início da década de 1990, com a imposição da chamada “Nova Ordem Mundial” pelos EUA de George H.W. Bush, inaugurada com a Guerra do Golfo no Iraque de Saddam Hussein. Naquele momento, o Brasil já havia sido colocado na alça de mira da campanha anglo-americana para consolidar a “proteção” do bioma Amazônia como um dos pilares do ambientalismo político, justificativa para a imposição de um regime de “soberania restrita” sobre vastas regiões detentoras de recursos naturais.

Entre os líderes estrangeiros que não ocultavam o conceito e suas intenções, destacavam-se o presidente francês François Mitterrand e seu chanceler

Michel Rocard. Igualmente, o então diretor-geral da Agência de Inteligência de Defesa (DIA) americana, general Patrick Hughes, afirmou publicamente que uma hipótese de conflito do Pentágono nas décadas seguintes poderia ser uma intervenção militar na região, para coibir eventuais danos ambientais capazes de afetar os interesses de seu país.

Durante o governo Collor (1990-92), o Brasil tinha na Secretaria Especial de Meio Ambiente um agente ostensivo daquele aparato intervencionista internacional, José Lutzenberger, que muito contribuiu para consolidar a agenda “verde” no País. Porém, na ocasião, diante da escalada de pressões, o então comandante militar da Amazônia, general Thaumaturgo Sotero Vaz, chegou a rotular de “babacas” os ambientalistas favoráveis a tal intervenção e ameaçou que, se isso acontecesse, ela deflagraria “um



novo Vietnã”.

Em 1991, a Câmara dos Deputados instalou uma CPI para investigar a ameaça de internacionalização da Amazônia e a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) que se instalavam no País para implementar tal agenda. Como um dos depoentes, adverti, então, que a soberania nacional já se encontrava comprometida e que a invasão da Amazônia já era uma realidade – promovida pelo exército irregular de ONGs que começava a influenciar fortemente as políticas públicas da área, dotado de polpudos financiamentos e firme orientação do exterior.

A incorporação passiva da ideologia ambientalista e sua contraparte indigenista na política nacional, que se reforçaria nas décadas seguintes, foi facilitada pelo empoderamento do Ministério Público, do

Poder Judiciário e outros dispositivos da Constituição de 1988 para determinar que empreendimentos econômicos poderiam ou não ser implementados no País, de acordo com critérios muito mais ideológicos do que científicos ou técnicos.

Juntamente com outros denunciante, repeti a advertência em outras CPIs: das ONGs, na Câmara dos Deputados, em 2001; do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em 2015; da Funai/Incra, na Câmara dos Deputados, em 2017; e das ONGs, no Senado Federal, em 2023. Lamentavelmente, tal agenda seguiu seu curso.

Hoje, antes mesmo do agravamento das tensões nas fronteiras nacionais, a Amazônia mostra um quadro de déficit de desenvolvimento, em grande medida

decorrente das draconianas restrições impostas a toda sorte de atividades produtivas pelos radicais ideológicos, tanto no aparelho do Estado como na rede de apoio das ONGs. Esta política do estado brasileiro permitiu que pelo menos um terço dos municípios da Amazônia Legal, fossem dominados por facções do crime organizado, que exercem autênticas “microsoberanias” sobre tais áreas.

Aqui, é relevante observar o tratamento que países como os EUA, a Rússia e outros estão aplicando às ONGs integrantes daquele aparato intervencionista internacional, restringindo fortemente as suas atividades internas e livrando suas políticas públicas da sua influência externa perniciosa.

O Brasil dispõe da legislação ambiental mais rigorosa do mundo, começando pelo seu inigualado Código Florestal, que contempla toda a gama de dispositivos necessários para regulamentar as atividades produtivas e suas interações com os biomas nacionais de uma forma racional e consistente com os interesses maiores do País. Não obstante, a aplicação da legislação deve ser escoimada de toda forma de radicalismo ideológico, como propõe a recém-aprovada Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

A Amazônia, em especial, tende a ser a maior beneficiária dessa reorientação. Ao mesmo tempo, é do maior interesse nacional o estabelecimento de um marco de cooperação internacional para a repressão ao crime organizado transfronteiriço, cuja expansão na região tem sido amplamente facilitada pela escassez de atividades produtivas capazes de oferecer aos amazônidas oportunidades legítimas de sustentação e progresso social.

Com toda justiça, a velha palavra de ordem sobre a região pode e deve ser atualizada: ocupar – e desenvolver – para não entregar.. ■







A Confiança dos Mercados como Arquitetura de Obediência Sistêmica

Quando a política monetária passa a ser tratada como esfera técnica neutra, ela deixa de ser percebida como exercício de poder. Juros, moeda e credibilidade institucional são apresentados como dados técnicos neutros, quando na prática funcionam como instrumentos de disciplina entre Estados.

O funcionamento desse arranjo é simples. Países alinhados ao consenso financeiro internacional acessam crédito com mais facilidade, enfrentam menor prêmio de risco e operam com maior previsibilidade. Aqueles que ensaiam desvios, ainda que dentro da legalidade democrática, passam a lidar com instabilidade cambial, encarecimento da dívida e suspeitas recorrentes sobre sua condução econômica. A assimetria não é accidental. Ela é parte do desenho.

A partir daí, juros e dólar deixam de ser apenas ferramentas econômicas. Viram linguagem de poder. A

política permanece formalmente livre, desde que não ultrapasse os limites que o sistema considera aceitáveis. Fora deles, não há sanção explícita. Há ajuste de preços, retração de fluxos e deterioração gradual das condições financeiras. A pressão não precisa ser declarada para ser eficaz.

O que sustenta esse mecanismo vai além do medo de inflação pontual ou da volatilidade episódica. O nervo exposto é o precedente. Um questionamento aberto, vindo de um país com peso sistêmico, reduz a força disciplinadora do arranjo ao mostrar que o consenso pode ser tensionado sem provocar ruptura imediata.

Foi o que ocorreu quando Donald Trump pressionou o Federal Reserve. A reação se voltou menos para os efeitos econômicos da crítica e mais para o gesto em si. Questionar o centro do sistema deixou de ser visto como divergência admissível e passou a ser tratado como ris-



co institucional. O problema não estava na proposta em si, mas na possibilidade de que fosse imitada.

A chamada confiança dos mercados opera, aí, como critério de pertencimento. Não mede apenas solvência ou previsibilidade. Mede alinhamento. Países considerados confiáveis são aqueles que permanecem dentro dos códigos aceitos, mesmo quando isso impõe custos internos relevantes.

Quando governos eleitos tentam ampliar esse espaço, a reação vem rápida, sem rosto. O mérito da decisão importa menos do que sua compatibilidade com a ordem existente. Alertas institucionais, comunicados técnicos e discursos sobre responsabilidade substituem o debate substantivo. A forma como se reage já é, em si, uma forma de conter.

Esse padrão se manifesta com mais intensidade

em países periféricos. A margem de manobra é menor, a dependência financeira é maior e o custo do desvio é mais alto. A política monetária permanece formalmente nacional, mas opera sob vigilância permanente.

O que se configura é um sistema em que Estados escolhem seus governos, mas não controlam plenamente os fundamentos do regime monetário ao qual estão submetidos. A disciplina não se impõe por força militar. Ela se consolida por arquitetura financeira e repetição de sinais.

No fundo, duas perguntas persistem sem resposta confortável: até que ponto a chamada confiança dos mercados é apenas outro nome para obediência sistêmica? E quem define o momento em que essa obediência deixa de ser compatível com a própria ideia de governo soberano? ■



Ode à anarquia

A imprensa corporativa acusa Donald Trump de ser o responsável direto pelo caos e pela anarquia instaurados na política internacional. Segundo os funcionários dos conglomerados de mídia, sua ascensão ao poder teria rompido uma ordem global relativamente estável, substituindo regras por arbitrariedades e cooperação por conflito. Trump é apresentado como o agente que teria corroído alianças tradicionais, desmoralizado instituições multilaterais e desmontado acordos que garantiam previsibilidade política, econômica e estratégica.

Mesmo que “estabilidade” seja neutralidade da autodeterminação das nações, e as instituições multilaterais sejam o centro de comando da burocracia globalista, a grande mídia insiste que a instabilidade atual — do comércio internacional à possibilidade de uma grande guerra — seria consequência direta de suas escolhas, tratadas como uma ruptura pessoal

e ideológica com a ordem baseada em regras. Bem, essa acusação dá a entender que a globalização e o projeto de sociedade aberta estavam funcionando e que bastaria a remoção de Trump para que a anarquia cessasse e retornasse a ordem.

O grande problema é que a ordem internacional baseada em regras não começou a se desintegrar com Trump, ou por sua causa; ela já vinha sendo corroída por dentro, à medida que a globalização deixava de produzir benefícios simétricos e passava a impor custos crescentes aos Estados nacionais. O processo de desglobalização emerge quando cadeias produtivas excessivamente dispersas se tornam vulneráveis, quando a interdependência econômica passa a representar risco estratégico e quando o consenso político imposto após Bretton Woods, que sustentava a abertura irrestrita, já não faz mais sentido. Antes de Trump, a economia já estava sujeita ao interesse de Estado e



à segurança nacional nos países desenvolvidos, a cooperação multilateral já mostrava sinais de desgaste e a projeção de poder dos EUA, que sustentava o projeto de uma comunidade global, já não tinha mais meios para se manter. A política de Trump não inaugura esse cenário; ela apenas abandona as tentativas de preservar ou remediar o sistema burocrático e rentista do mundo baseado em regras.

A desglobalização consiste, essencialmente, na reorganização do sistema internacional a partir de critérios baseados em interesses de Estado, segurança, soberania e independência, e não mais de eficiência abstrata proposta pelo liberalismo. Estados passam a priorizar cadeias produtivas regionais, controle de tecnologias sensíveis e autonomia estratégica. O comércio deixa de ser um fim em si mesmo e se subordina a cálculos de poder. Instituições multilaterais perdem centralidade porque já não conseguem arbitrar conflitos reais

entre interesses nacionais divergentes. Nesse cenário, políticas consideradas “disruptivas” são, na prática, reações a um ambiente que já não comporta a globalização como projeto universal.

Ao atribuir a Trump a culpa pela ruptura da ordem internacional baseada em regras, a grande mídia tenta cultivar a ilusão de que o sistema anterior poderia ser mantido ou remediado. Mas a verdade é que a globalização era insustentável e colapsou por sua desconexão com a realidade política e econômica. Trump não a destruiu; apenas expôs, sem disfarces, o fim de um ciclo histórico e a transição para um mundo menos integrado, mais competitivo e orientado por interesses de Estado.

Não há destruição, apenas a queda da máscara.

Uma ode à anarquia de Trump, que não é destruição devassa e imprudente, mas abandono da ilusão e da farsa. ■



Em defesa da soberania, mas de quem?

A palavra soberania retornou ao debate público no Brasil. Nas palavras do atual presidente, nos editoriais de jornais da grande mídia e nos discursos de alguns políticos. O exemplo mais recente é o editorial do Estadão — “A soberania segundo Lula”, como se a iniciativa do petista fosse loucura e ineditismo jamais visto —, criticando, segundo a ótica liberal, as declarações de Lula a respeito da necessidade de a Petrobras construir navios e de sua empreitada para produzir fertilizantes em território nacional, iniciativa que, segundo o Estadão, só deixa o país mais pobre e traz prejuízos para a nação.

Tal nota crítica é uma ótima amostra de como o debate público é conduzido de forma binária, reducionista e pouco qualificada. É impossível ter um debate político minimamente coerente enquanto se está preso a abstrações reducionistas que não levam em consideração a totalidade e a complexidade do real.

Há pelo menos cinquenta anos, o debate político neste país gira em torno da escolha entre livre mercado e intervencionismo estatal, identificados respectivamente com a “direita” e a “esquerda” e incumbidos de definir automaticamente, a partir dessa base econômica, as demais alternativas humanas em todos os campos da cultura, da legislação, da moralidade etc. Quando alguém se define como “liberal é automaticamente classificado entre os direitistas, conservadores e reacionários, tornando-se, em contrapartida, socialista, progressista e revolucionário tão logo mude para o campo do intervencionismo estatal. Como se fosse impossível para qualquer cristão conservador ver as injustiças do patrimonialismo e usar o poder do Estado para colocar limites entre o público e o privado.

Mesmo quando outros fatores — de ordem moral, cultural, geopolítica ou militar — intervêm na disputa, complicando o quadro e privando as vozes públicas



dos confortos do esquematismo primário, a única reação da intelligentsia nacional é tentar recuperar às pressas seu estado de equilíbrio homeostático mediante a proclamação de que a esquerda e a direita não existem mais, de que o mundo entrou numa fase de busca pela governança global e paz perpétua, e de que, de agora em diante, só resta decidir quem tem mais competência para administrar tecnicamente o país.

Desde logo, a escolha entre livre mercado e intervencionismo é uma coisa quando encarada como alternativa teórica, como modelo abstrato de sociedade ideal, e outra coisa completamente diversa quando inserida no quadro histórico e geopolítico concreto.

As abstrações binárias reduzem o debate entre a intervenção e a governança absoluta do Estado e a utopia de uma ordem absolutamente neutra politicamente, como se fosse possível concentrar todo o

poder institucional na busca pela prosperidade do país. Ironicamente, no quadro geral da política nacional ninguém pode ser classificado como socialista ou liberal “puro-sangue”, pois a maioria dos políticos com meios de ação não trabalha pela construção de uma utopia, mas pela manutenção do poder oligárquico de seu grupo.

No fim das contas, defende-se a soberania de quem? Defende-se a autonomia e a soberania da nação ou o aumento do poder de grupos oligárquicos que ocupam o Estado brasileiro? Lula fala sobre soberania para defender seu grupo e o uso de meios revolucionários para transformar a ordem política brasileira por meio de perseguição, censura e instrumentalização das instituições. E o Estadão defende o poder das oligarquias financeiras por meio de uma distorção do conceito de soberania que busca neutralizar a legitimidade política do soberano. ■



TECNOLOGIA E GUERRA DE INFORMAÇÃO

Os relatórios desta seção revelam a transição do conflito político para um estágio mais profundo e perigoso, em que **a disputa deixa o campo narrativo e passa a atingir diretamente a infraestrutura, os vínculos sociais e os limites morais da sociedade**. Sabotagens, pressões coordenadas e ataques indiretos a sistemas essenciais expõem a vulnerabilidade de um Estado incapaz de proteger suas bases materiais, enquanto a violência cotidiana — banalizada, seletivamente tolerada e socialmente blindada — sinaliza a degradação dos critérios mínimos de justiça e valor da vida. No plano informacional, a ofensiva para desacreditar lideranças políticas opera por meio da desumanização calculada, do apagamento simbólico e da manipulação psicológica, integrando tecnologia, mídia e poder econômico em estratégias de contenção eleitoral. O conjunto aponta para um cenário em que **segurança deixa de ser apenas questão policial e passa a ser expressão direta de uma ordem política em decomposição, na qual infraestrutura, moral social e controle informacional se tornam campos de disputa entre o Estado e criminosos**.

RESUMO GERAL

POLÍTICA E ECONOMIA NACIONAL

SOBERANIA NACIONAL E INFLUÊNCIA EXTERNA

3

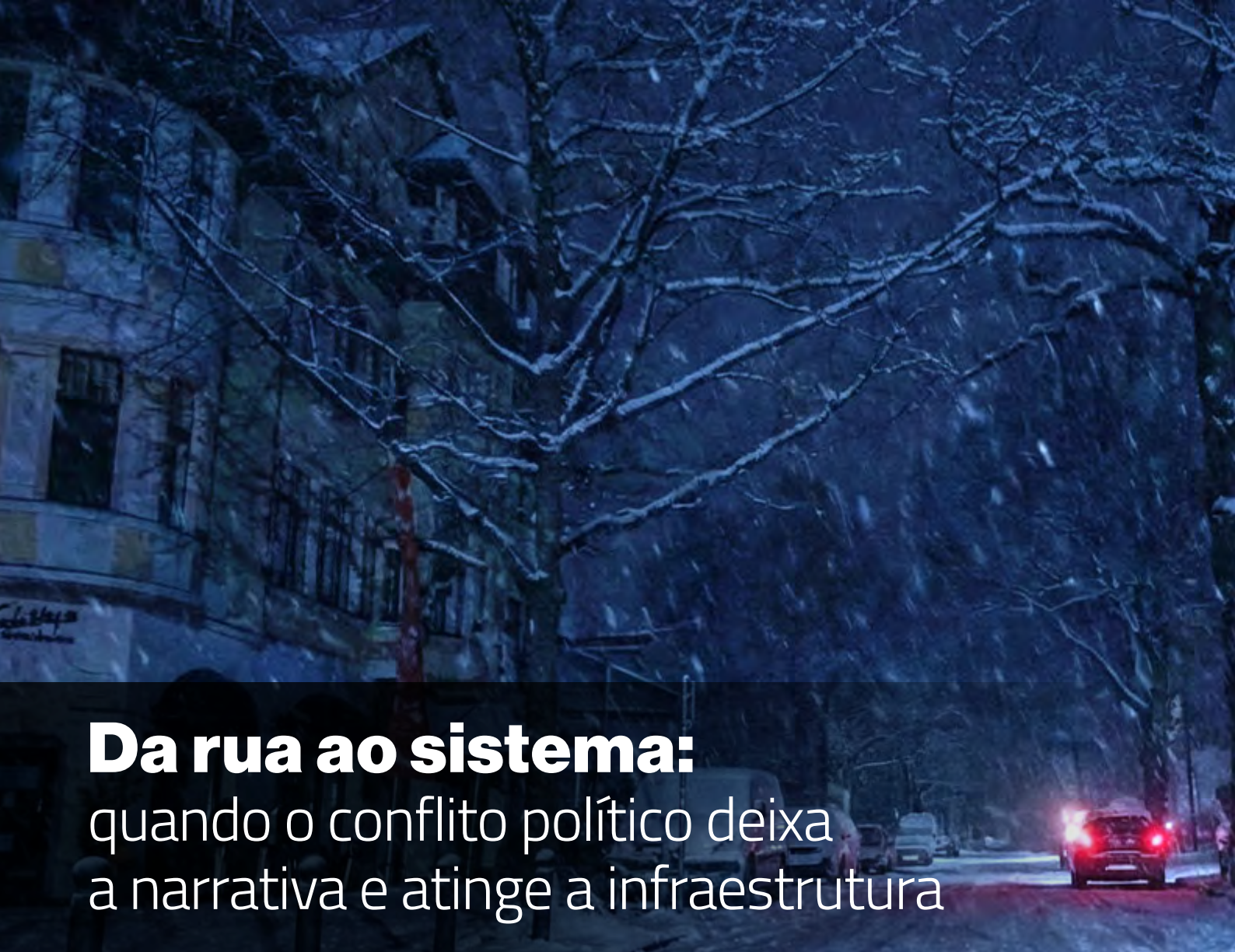
SEGURANÇA, TECNOLOGIA E CRIME ORGANIZADO

06/Janeiro Da rua ao sistema: quando o conflito político deixa a narrativa e atinge a infraestrutura



28/Janeiro Desconstruir, Descredibilizar, Desumanizar: O Jogo dos Desesperados

29/Janeiro A casinha vazia



Da rua ao sistema:

quando o conflito político deixa a narrativa e atinge a infraestrutura

Durante décadas, o conflito político foi disputado por meio de ideias, votos e instituições. Protestos de rua, discursos e eleições continuam existindo, mas perderam centralidade. Uma mudança mais silenciosa vem se impondo: o confronto migrou para os sistemas que sustentam a vida cotidiana.

No sábado, um incêndio numa ponte sobre o canal Teltow, no sudoeste de Berlim, derrubou cabos de alta tensão e deixou cerca de 45 mil residências e mais de dois mil estabelecimentos sem luz. Em pleno inverno, com temperaturas abaixo de zero. O grupo Vulkangruppe assumiu a autoria e publicou um manifesto de 2.500 palavras explicando a lógica do ataque: “cortar o fornecimento de energia da classe dominante”. Escolheram bairros ricos como Zehlendorf, Wannsee e Lichterfelde e pediram desculpas aos pobres eventualmente afetados. A simpatia, disseram, era limitada aos “donos de villas agora no escuro”.

O prefeito Kai Wegner classificou o episódio como

ataque de extremistas de esquerda à rede elétrica, com risco direto à vida. As redes móveis também caíram, forçando a polícia a usar alto-falantes nas ruas. Idosos em prédios altos ficaram sem elevador. Asilos e hospitais operaram em modo de emergência. Algumas áreas podem permanecer sem energia por dias, já que o frio dificulta o reparo dos cabos subterrâneos.

Não foi um caso isolado. Em março de 2024, o mesmo grupo incendiou um poste de transmissão e paralisou a gigafábrica da Tesla nos arredores de Berlim. Em setembro, outro ataque causou o maior apagão da cidade desde a Segunda Guerra. O serviço de inteligência alemão já classifica o Vulkangruppe como organização extremista de esquerda e o monitora há anos.

O que chama atenção não é a violência em si, mas a racionalidade por trás dela. Não se trata de surto ideológico, mas de cálculo. Convencer dá trabalho, leva tempo e pode falhar. Derrubar uma



subestação produz resultado imediato. Casas no escuro, hospitais sem gerador, escolas sem aula, transporte interrompido.

Energia, telecomunicações, dados e logística viram alvos porque funcionam. Atacar infraestrutura custa pouco, afeta muita gente e é difícil de enquadrar. Terrorismo, protesto, ativismo climático ou sabotagem. O manifesto mistura tudo: críticas a datacenters de inteligência artificial, denúncia da “ganância energética” e retórica de autodefesa planetária. A polícia considerou o texto “crível”. A imprensa oscila entre reportagem e contextualização política. O Estado trava.

Se reage com força, é acusado de autoritarismo. Se não reage, abre caminho para a próxima ação. Quem atua fora das regras leva vantagem. O dano não tem rosto específico: idosos, trabalhadores, doentes e famílias são atingidos de forma indistinta. Ainda assim, isso costuma ser tratado como efeito colateral aceitável numa guerra maior contra o capital, o clima ou a tecnologia.

Democracias sabem lidar com protestos e eleições disputadas. Sabem muito menos o que fazer com ações que operam abaixo do que se chama de violência política, mas acima do mero dissenso. Especialistas ouvidos pelo jornal britânico *The Guardian* apontam que ataques à infraestrutura exigem pouco conhecimento técnico, que mapas dos pontos críticos estão disponíveis online e que os planos de contingência são frágeis.

Quando o método funciona, ele se repete. Não precisa de adesão em massa, apenas que o cálculo feche. O risco não está no episódio isolado, mas na normalização. A cada ataque bem-sucedido, a tática ganha legitimidade operacional. A infraestrutura deixa de ser cenário e vira território de disputa.

Não é uma ruptura abrupta, mas um deslocamento gradual. À medida que travar sistemas se mostra mais eficiente do que disputar ideias, a infraestrutura passa a ocupar o centro do conflito político. ■



Desconstruir, Descredibilizar, Desumanizar: O Jogo dos Desesperados

Ontem a imprensa perdeu mais uma grande oportunidade de encerrar o assunto que dominou o noticiário: a candidatura do Bolsonaro. Mesmo com tanta coisa acontecendo – como as investigações da roubalheira do INSS, o caso do Banco Master, a escalada da violência e o caos nas contas públicas –, nada disso interessa muito. Até porque tudo isso pega no queridinho do Planalto.

Sobre a candidatura de Flávio Bolsonaro, Tarcísio de Freitas afirmou que não vai mudar. Mas, pelo visto, o assunto ainda não vai mudar, e isso não tem mais nada a ver com o governador de São Paulo. Após a declaração, os famosos colunistas, especialistas, analistas e demais bocas e canetas de aluguel ainda falavam em existir alguma chance de Tarcísio sair candidato.

Isso poderia ser explicado pelas palavras do próprio Tarcísio, que, ainda aparentemente incomodado com o assunto, arrematou: “a candidatura de Flávio

está se consolidando”. Um gerúndio que ainda pode ser usado como bengala para as análises e comentários desse pessoal – um fio de esperança.

Mas agora Tarcísio é apenas um coadjuvante no projeto nacional da elite política, financeira e midiática do país. E a frase que sintetiza o medo real que motiva essa elite também está nas declarações do governador: “carrega o sobrenome do pai”.

Até mesmo Lula e o PT tentaram fazer de Tarcísio o escolhido, através da psicologia reversa, querendo levar a crer que não temiam o sobrenome Bolsonaro na urna. Lula mandou o recado: “peça para ele não desistir”. Na cabeça deles, o bolsonarismo compraria a ideia de que “se Lula está falando pro Flávio seguir, então é melhor o Tarcísio”.

Claro que a turma do “queremos o voto dos bolsonaristas sem o Bolsonaro” aproveitou a fala de Lula para – com ares de professores de Deus – repetir que Tarcísio



deveria ser o indicado. Eles também não perdem uma.

Está posto: Flávio é o candidato, Tarcísio é carta fora do baralho, mas o objetivo do establishment seguirá o mesmo. Tudo que puder ser feito para desacreditar, diminuir e colocar em xeque o nome de Flávio Bolsonaro continuará sendo feito. É parte da desconstrução e desumanização do indicado do ex-presidente. Foi assim que fizeram – e ainda fazem – com Jair Bolsonaro o tempo todo.

A tática é velha: esconder virtudes, sufocar conquistas, desviar o foco do que realmente importa.

O desespero tem razão de ser. Já imaginou o pessoal que se serve do país passar 4 anos ou mais sem o poder político e a manipulação habitual? Já imaginou passar 4 anos ou mais sem o faturamento bilionário com propaganda estatal? Eles pensam nisso todos os dias.

Eles nunca esqueceram do cara que chegou à Presidência da República pelas mãos do povo, e não pelas costumeiras influência e articulação desses grupos. E que atrapalhou seus planos de seguir se servindo do Brasil.

Com Flávio crescendo nas pesquisas rapidamente e com projeções de vitória no segundo turno que os institutos de pesquisa não têm como esconder; não caindo nas cascas de banana que são jogadas todos os dias e demonstrando que está a cada vez mais preparado para a missão delegada pelo maior líder da direita, o sistema vai atacar de todas as formas possíveis.

O desafio fica maior a cada dia para quem quer deixar tudo como está. E os calafrios que o sobrenome Bolsonaro causa crescem na mesma proporção.

Flávio carrega o sobrenome que tira o sono dos parasitas do poder. ■



A casinha vazia

Um dos assuntos mais comentados nas redes sociais nos últimos dias, expõe a podridão ética de uma sociedade que vem abandonando o respeito pela vida.

Orelha era um cachorro comunitário, com cerca de 10 anos, que transmitia apenas amor e convivia pacificamente com moradores, turistas e comerciantes na Praia Brava, em Florianópolis. Todos o conheciam pelo nome, ofereciam carinho e o consideravam parte da comunidade.

Até que alguns adolescentes o transformaram em alvo de uma brutalidade covarde: pauladas repetidas na cabeça, empalamento, agressões prolongadas que o deixaram agonizando por horas, culminando na eutanásia inevitável em um hospital veterinário. Essa crueldade nasce de uma degradação profunda. A atitude criminosa desses jovens pode ser explicada pelo fenômeno da permissividade extrema de pais que

confundem proteção com impunidade, ou que acham que o dinheiro compra tudo. Todos são de famílias abastadas que, com algo dessa natureza, passam o recado que priorizam a blindagem dos filhos acima de qualquer correção moral. E isso fica escancarado quando dois dos adolescentes criminosos foram tirados de cena e enviados à Disney. Uma verdadeira afronta à sociedade saudável que não suporta mais tanta coisa errada.

A Polícia Civil indiciou três familiares — um advogado e dois empresários, incluindo pai e tio de um dos adolescentes — por coação no curso do processo. Eles tentaram intimidar testemunhas, ameaçar com processos e pressionar para alterar depoimentos, revelando uma estrutura familiar que usa poder e intimidação para encobrir a responsabilidade em vez de assumir e corrigir. E essa sensação de que rico pode tudo, também revolta com a informação de que o por-



teiro que testemunhou o crime, ao invés de ser protegido, foi demitido.

Vivemos numa era em que a violência se banaliza nas telas: vídeos curtos, jogos e algoritmos premiam o choque e o extremo. A crueldade vira conteúdo, curtidas viram validação, e o outro — animal ou humano — se transforma em objeto. Esses adolescentes cresceram dessensibilizados, convencidos de que a vida alheia é descartável e o que importa é que a própria vida está garantida.

O sofrimento do Orelha é reflexo de uma sociedade que abandona princípios e valores fundamentais em nome de um individualismo tóxico. Uma sociedade que tolera impunidade, romantiza a rebeldia sem causa — incluindo agressões e desrespeito aos professores em sala de aula, troca princípios e valores por consumo e privilégio. Jovens se formam acreditando que podem destruir o que não criaram e ainda serão pro-

tegidos pela família.

A justiça, sempre permissiva com os chamados "de menor", provavelmente não aplicará uma punição severa o suficiente. Mas esses adolescentes carregam, pelo resto da vida, a marca indelével da brutalidade que cometeram contra um ser indefeso que só transmitia amor. E aí reside o grande buraco da nossa sociedade: a perda do respeito pelo maior presente do Criador — a vida.

A casinha do Orelha está vazia. Uma imagem tão triste quanto saber que, se nada for feito para recuperar o respeito à vida — de qualquer vida —, o caminho pode ser sem volta.

Isso passa por educar, exigir justiça sem privilégios e reconstruir, enquanto ainda há tempo, uma sociedade que valorize o que realmente importa — antes que mais casinhas fiquem vazias. ■